

Encontro não fazia parte da agenda

Bolsonaro entrega a Base de Alcântara e presta contas à CIA

Reprodução - TV Globo



Bajulação sem limites: mata Programa Espacial brasileiro, fere soberania

Jair Bolsonaro desapareceu na manhã desta segunda-feira (18) nos Estados Unidos. Nenhum de seus assessores tinha informações sobre o paradeiro do presidente. Depois soube-se que ele estava numa reunião não agendada na sede da CIA, a agência de

espionagem norte-americana. A reunião era clandestina. Não foi incluída na agenda oficial. Apenas Eduardo Bolsonaro, seu filho, sabia da agenda secreta, e foi ele quem deu a informação, através de seu twitter. De noite, o anúncio do “acordo”, com itens secretos, cedendo a Base de Alcântara. **Página 3**



I
REAL
BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Governadores do Nordeste marcam posição contra PEC da Previdência



Em carta conjunta, assinada em encontro no Maranhão, governadores dos nove Estados do Nordeste criticaram a PEC 6/2019 da Reforma da Previdência que “retira da Constituição garantias fundamentais aos cidadãos”. Condenaram ainda a proposta de Guedes de desvincular as receitas da Saúde e da Educação. Para o anfitrião do encontro, governador Flávio Dino (foto), isto seria “um desastre social”. **Página 4**



Marcos Bruno

PDT decide fechar questão contra Reforma da Previdência
Em Convenção Nacional, realizada nesta segunda-feira (18), o PDT fechou questão contra a reforma da Previdência. O encontro ocorreu na sede do partido em Brasília. Na avaliação da legenda, é necessário marcar posição no que classifica como “luta contra os retrocessos”. O ex-governador Ciro Gomes não compareceu à reunião, mas enviou um vídeo no qual afirma que é necessário mostrar a população “as perversidades” da reforma da Previdência. **Página 3**

Em congresso conjunto, PPL e PCdoB concluem união

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Pátria Livre (PPL) concluíram, neste domingo (17), em congresso conjunto, realizado no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de SP o processo de unificação das duas legendas. A presidente do PCdoB, Luciana Santos, disse, ao abrir os trabalhos, que “este é um dia que entrará para a história política do Brasil”. “Este será um marco da história das lutas de nosso povo e da vida partidária, porque hoje se fortalece a corrente revolucionária em nosso país”, afirmou. “É um feito de grande magnitude e sentido histórico. É o reencontro de duas correntes revolucionárias que têm a mesma raiz e que fizeram ao longo do seu percurso a defesa da nação, da democracia, do desenvolvimento e dos direitos de seu povo”, destacou. **P. 3**



“Este é um dia que entrará para a história política do Brasil”, disse Luciana Santos, a presidente do PCdoB, ao saudar o congresso extraordinário dos dois partidos

Presidente da Petrobrás afirma que seu “sonho” é privatizar empresa

O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, disse, durante um evento na sexta-feira (15), que a privatização da companhia “foi sempre o sonho”. “Como liberal, somos contrários a empresas estatais. Petrobrás também privatizada e o BNDES extinto, esse seria o meu sonho”. “Já que não podemos privatizar, nem temos mandato para isso, vamos transformar a Petrobrás no mais próximo possível em uma empresa privada”, disse. **Página 2**

S.Paulo perde 6,6 mil empregos no setor de serviços e no comércio

Na comparação com janeiro de 2018, o comércio atacadista, varejista e o setor de serviços juntos fecharam 6,6 mil vagas com carteira assinada, informou a Fecomercio-SP. **Pág. 2**

N. Zelândia: assassino de 50 religiosos faz apologia de Trump

Bolsonaro entrega aeroportos do Nordeste e Sudeste a estrangeiros

No total, foram leiloados, na Bolsa de Valores, 12 aeroportos das regiões Nordeste, Sudeste e também Centro-Oeste

Nesta sexta-feira, 15, o governo entregou em leilão 12 aeroportos brasileiros que passarão a ser administrados, em sua maioria, por empresas estrangeiras.

O leilão, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, foi dividido em três blocos: os aeroportos do Nordeste, do Centro-Oeste e Sudeste.

Dois desses blocos foram arrematados por empresas estrangeiras:

O da região Nordeste, o mais cobiçado pelas empresas, passará às mãos da espanhola Aena. Neste bloco, estão os aeroportos de Aracaju (SE), Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Juazeiro do Norte (CE), Maceió (AL) e Recife (PE);

E o bloco do Sudeste, que foi arrematado pela suíça Zurich, que venceu o leilão com uma proposta de R\$ 437 milhões pagos à União. A região abarca os aeroportos de Macaé (RJ) e Vitória (ES).

No Centro-Oeste, o bloco foi arrematado pelo consórcio Aeroeste, formado por duas empresas de transporte rodoviário, a Sociam (empresa responsável pelo Terminal Tietê, em São Paulo) e a Snart. Os aeroportos privatizados nesta região foram os de Alta Floresta (MT), Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT) e Sinop (MT).

FEIRÃO

Os 12 aeroportos leiloados movimentam quase 20 milhões de passageiros por ano, e correspondem a 9,5% do mercado doméstico de aviação. No total, a concessão dos terminais, que terá um período de 30 anos, arrecadou R\$ 2,377 bilhões.

Para a entrega desses patrimônios, o governo colocou praticamente no chão os valores de lances mínimos exigidos, que somados chegaram a apenas R\$ 219 milhões.

Ainda no final do ano passado, o governo federal reduziu em 50% o valor do lance mínimo, que era inicialmente de R\$ 437,6 milhões.

O valor mínimo do conjunto dos aeroportos (R\$ 219 milhões) foi tão baixo que qualquer proposta poderia ser comemorada como um "sucesso" de leilão, como fez o governo.

Para se ter uma ideia, o bloco do Nordeste, com 6 aeroportos, foi lançado para leilão com um lance mínimo de R\$ 171 milhões. Mas, apenas um deles, o Aeroporto Internacional Gilberto Freyre, no Recife, que tem hoje a maior movimentação de passageiros da região, apresenta lucro anual de R\$ 130 milhões.

Além da desvalorização na venda dos aeroportos, o edital prevê ainda o chamado risco compartilhado entre o governo e as concessionárias no pagamento das outorgas que deverão ser pagas durante o período da concessão.

Após 5 anos, será pago um valor de outorga variável que será pago conforme a receita anual obtida com os serviços. Ou seja, o valor vai depender da receita bruta da futura concessionária. Assim, se o movimento do aeroporto cair, a empresa pagará menos à União, que compartilhará com a empresa o risco com relação ao comportamento da economia.

INEFICIÊNCIA

Segundo a Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag) e a Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata, na sigla em inglês), que agrega cerca de 280 companhias aéreas, as privatizações de aeroportos ao redor do mundo, inclusive no Brasil, encareceram os serviços aos usuários (aéreas e viajantes, os consumidores finais) e não trouxeram ganhos de eficiência substanciais.

Na avaliação da Iata, que realizou um estudo em 90 aeroportos ao redor do mundo, as vendas ou concessões de aeroportos têm servido principalmente para gerar caixa rápido aos governos, e não para beneficiar o setor e a população.

FRACASSO

Com o leilão, Bolsonaro segue com a política de seus antecessores, Temer e Dilma, de entregar os aeroportos brasileiros ao mercado para locupletar grupos de especuladores estrangeiros. Em 2011, Dilma iniciou a entrega dos três maiores aeroportos do país, o de Guarulhos (SP), Viracopos (SP) e Brasília (DF) e, desde então, a privatização de aeroportos tem se mostrando um fracasso total no país.

Em maio de 2018, a concessionária do aeroporto de Viracopos apresentou um pedido de recuperação judicial. Em abril de 2017, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) autorizou a BH Airport, concessionária que administra o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte, em Confins, a dar um calote de R\$ 3,2 milhões ao governo. Segundo a Agência a medida deveria ajudar a empresa a "recompor seu equilíbrio econômico-financeiro".

Ainda em 2017, uma MP do governo abriu o prazo de um ano para que as operadoras de aeroportos pudessem pedir a reprogramação do cronograma de pagamento das outorgas previstas no contrato de concessão. Três, dos seis aeroportos leiloados por Dilma, atrasaram e renegociaram suas outorgas.

De acordo com o governo Bolsonaro, o objetivo é leiloar pelo menos mais 49 projetos de infraestrutura este ano. Além dos aeroportos, está prevista a entrega de dez portos e a ferrovia Norte-Sul, que devem ser concedidos a iniciativa privada.

Comércio e serviços fecham 6,6 mil vagas em São Paulo

O comércio e o setor de serviços começaram o ano com uma queda brusca no nível de emprego no estado de São Paulo, informou a Fecomercio-SP (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo), sobre os dados de janeiro.

Na comparação com janeiro de 2018, o comércio atacadista, varejista e o setor de serviços juntos fecharam 6,6 mil vagas com carteira assinada na região. O resultado é diferença entre 286.154 admissões e 292.771 demissões no primeiro mês de 2019.

No ano passado, o saldo (diferença entre as contratações e as demissões do período) dos três ramos havia sido bem menor: de menos 83 postos celetistas a menos.

Os efeitos da crise no bolso dos trabalhadores tiveram impacto negativo nas contratações do comércio varejista – setor



Roberto Castello Branco, presidente da Petrobrás, anunciou venda de ativos

Petrobrás privatizada "foi sempre o sonho"

O presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, disse, durante um evento na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, na sexta-feira (15), que a privatização da companhia "foi sempre o sonho".

"Como liberal, somos contrários a empresas estatais. Petrobrás também privatizada e o BNDES extinto, esse seria o meu sonho. (...) Na América Latina, temos um exemplo de estatal bem-sucedida, que é a Codel, do Chile, maior produtora de cobre do mundo. Já que não podemos privatizar, nem temos mandato para isso, vamos transformar a Petrobrás no mais próximo possível em uma empresa privada", disse.

Ele defendeu a privatização de 99% das estatais. Uma das poucas exceções seria o Banco Central. No entanto, há muito que a autoridade monetária é controlada pelos bancos privados, inclusive os estrangeiros, para manter os juros no estratosfera.

No Brasil, podemos citar como privatização "bem sucedida" o caso da Vale. Formou um cartel com as anglo-australianas BHP Billiton e a Rio Tinto para controlar o comércio mundial de ferro.

Privatizada, seu objetivo principal é o lucro máximo, pouco se lixando para a segurança, por exemplo. Resultado: as tragédias de Mariana (19 mortos e contaminação de parte do Rio Doce) e Brumadinho (206 mortos, 102 desaparecidos).

Castello Branco é um dos Chicago's Boy colocado no

governo por Bolsonaro. Ele já foi membro do Conselho de Administração da Petrobrás (2015-2016), por indicação da Sra. Rousseff. Também foi diretor e economista-chefe da Vale (1999-2014).

O presidente da Petrobrás estimou a venda de ativos em US\$ 10 bilhões nos primeiros quatro meses deste ano, o tal de "desinvestimento": "Tudo vai depender do mercado, da velocidade que vamos conseguir imprimir ao portfólio de desinvestimento".

Castello Branco voltou a criticar o regime de partilha nos contratos do pré-sal, cuja propriedade das jazidas é da União. Para ele, bom mesmo é o regime de concessão, que tem como dono do petróleo a empresa que produz.

Nos últimos leilões nos dois regimes, a Petrobrás tem participado timidamente, permitindo o avanço do cartel internacional do petróleo (ExxonMobil, Shell, Chevron, BP e Total).

Ele reiterou que a Petrobrás lançará em breve um programa de demissão voluntária.

"Como liberal, somos contrários a empresas estatais. Petrobrás também privatizada e o BNDES extinto, esse seria o meu sonho", declarou o presidente da estatal, Roberto Castello Branco

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, batendo o martelo



Receu foi de -2,6% em relação ao janeiro do ano passado, diz IBGE

Produção industrial despensa em janeiro

Em janeiro, a produção industrial caiu -0,8% em relação a dezembro de 2018 eliminando a variação positiva de 0,2%.

Em relação a janeiro de 2018, a indústria caiu -2,6%, após recuar também em novembro (-1,0%) e dezembro de 2018 (-3,6%).

No acumulado nos últimos 12 meses a atividade industrial teve uma variação de 0,5%, mantendo a perda de ritmo iniciada em julho de 2018 (3,4%).

Os números são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (13), que demonstram que a atividade industrial ainda está bem abaixo do patamar de antes da recessão.

Na queda de 0,8% da indústria na passagem de dezembro de 2018 para janeiro de 2019, "três das quatro grandes categorias econômicas e 13 dos 26 ramos pesquisados tiveram quedas na produção".

A influência negativa mais significativa foi de produtos farmacêuticos e químicos (-10,3%).

Também houve resultados negativos nas indústrias extrativas (-1,0%), máquinas e equipamentos (-2,9%), celulose, papel e produtos de papel (-2,6%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-0,8%), outros

equipamentos de transporte (-5,1%), couro, artigos para viagem e calçados (-3,2%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (-0,5%).

Segundo o IBGE, "entre as grandes categorias econômicas, ainda em relação a dezembro de 2018, bens de capital (máquinas e equipamentos) teve a queda mais acentuada em janeiro (-3,0%), seu terceiro resultado negativo consecutivo, acumulando redução de 10,2% no período".

Bens de consumo semi e não-duráveis (-0,4%) e bens intermediários (-0,1%) também recuaram no mês. Por outro lado, bens de consumo duráveis (0,5%) teve a única taxa positiva.

"Agente observa influência negativa dos caminhões, bens de capital agrícolas, bens de capital para fins industriais e de construção", enfatizou o gerente da pesquisa, André Macedo.

Conforme o técnico do IBGE, há um menor dinamismo da indústria neste começo de ano. "O que chama muito a atenção para o resultado do mês de janeiro, especificamente, é a parte relacionada aos investimentos, em que bens de capital, seja na comparação com dezembro ou com janeiro de 2018, acaba aparecendo como um destaque negativo e importante nesses resultados".

Conforme o IBGE, "na comparação com janeiro de 2018, a indústria recuou 2,6% em janeiro de 2019, com quedas nas quatro grandes categorias econômicas, 18 dos 26 ramos, 50 dos 79 grupos e 58,5% dos 805 produtos pesquisados".

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), "a entrada de 2019 deu continuidade à recessão industrial iniciada no final do ano passado".

"Ao invés de progredirmos, estamos nitidamente regredindo nos últimos meses. Em jan/19, a produção industrial ainda está 17% abaixo do último pico histórico, atingido em mai/11. Em jun/18 esta diferença era menor, de 14%. Precisariamos justamente do oposto do que está ocorrendo. O problema desta trajetória é que, mesmo que o setor volte ao positivo nos próximos meses, a descontinuidade do processo de crescimento retira qualidade da reativação do setor, tornando-a menos autossustentada", acrescentou o IEDI. Na avaliação do IEDI, "ainda que alguns ramos tenham contribuído mais para a queda registrada, como a indústria farmacêutica e de máquina e equipamentos, a difusão de variações negativas foi expressiva, qualquer que seja a comparação".

Estado de São Paulo está no centro do retrocesso industrial, avalia IEDI

Em janeiro, o maior e mais desenvolvido parque industrial do país amargou perdas de -5,3% sobre janeiro do ano passado

São Paulo está no centro do retrocesso da indústria brasileira, avaliou o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) após divulgação dos dados regionais de produção pelo IBGE nesta quinta-feira (14).

Em janeiro, o maior e mais desenvolvido parque industrial do país amargou perdas de -5,3% sobre janeiro do ano passado. A virada de 2018 para 2019 – que levou o setor produtivo brasileiro de volta para o vermelho com queda de -2,6% no ano e de -0,8% na comparação mensal – também foi arrasadora para São

Paulo: de dezembro do ano passado para este janeiro, a queda foi de 1,8%.

"São Paulo se destaca por apresentar um quadro ainda mais adverso que o total Brasil. Na comparação frente ao mesmo período do ano anterior, há quedas sistemáticas desde setembro do ano passado, isto é, nos últimos cinco meses. Para uma economia industrial tão dependente de São Paulo, diante desta evolução, o resultado para o agregado do país não poderia ser outro que não uma nova etapa recessiva", avalia o IEDI. Respectivamente em novembro, dezembro e janeiro, a sequência de quedas em São Paulo foi de -3,6%, -5,4% e -5,3% na comparação anual.

O instituto afirma que, além da sequência de variações negativas, aspectos como a força nada desprezível com que a indústria paulista pisou no freio e a disseminação de quedas dentro seus ramos (média de 67% deles) preocupam.

Assim como em São Paulo, a importante indústria do Rio de Janeiro apresentou queda desde setembro de 2018. Em janeiro, o estado perdeu -1,5% da sua produção frente ao ano passado, se somando a São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais para fazer do Sudeste o "centro recente do retrocesso", segundo o IEDI. Sobre dezembro, a indústria carioca recrudescceu -1,3%; a do Espírito Santo, -2,6% e; a mineira teve crescimento quase nulo de 0,7%.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de

Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio, 67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (81) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Isac Nóbrega/PR

Raquel Dodge: procuradora-geral Procuradora-geral: “não vejo risco para a Lava Jato na decisão do STF”

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, declarou, na quarta-feira, que não vê risco de anulação das decisões judiciais decorrentes da Operação Lava Jato, com a decisão do STF de enviar os casos de corrupção, associados a caixa 2, para a Justiça Eleitoral.

“Corrupção, lavagem de dinheiro e crime organizado são prioridades no Ministério Público Federal. As verbas públicas são extremamente importantes. Devem ser intocáveis por corruptos. Se desviadas, causam danos imensos. Devem ser devolvidas aos cofres públicos. Os infratores devem ser punidos.

“Eu não vejo esse risco [de anulação da Lava Jato] nesse momento. Mas é preciso avaliar tudo isso com muito cuidado e manter o foco. Não perderemos o foco contra a corrupção e contra a impunidade no País.

“A minha instituição e eu também respeitaremos essa decisão, mas é preciso também reorganizar as forças e instituições com os instrumentos jurídicos que temos para continuar enfrentando o crime organizado, a corrupção e a lavagem de dinheiro. Esta é uma prioridade permanente da nossa instituição.”

A QUESTÃO

É impossível entender a decisão de quinta-feira, da maioria do Supremo Tribunal Federal (STF), sem referir-se à situação política em que foi votada – isto é, à situação política atual.

Nelson Hungria, um dos maiores juristas brasileiros – e ministro do Supremo de 1951 a 1961 – escreveu que o STF “na sua alta função política, deve examinar cada caso em concreto, de acordo com os aspectos que apresente, para melhor salvaguardar o interesse geral, ainda que, para isso, tenha de contornar o rígido texto legal”. (cf. Nelson Hungria, voto no RC 1.024/RJ, Pleno do STF, 07/08/1957, grifos nossos).

Resta saber, além das motivações da maioria do STF, se, no julgamento de quinta-feira, o “interesse geral” foi salvaguardado.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

C. L.

Bolsonaro nos EUA para bajular Donald Trump

Reprodução/TV Globo



Nos Estados Unidos, Bolsonaro bajula os norte-americanos em jantar Flávio Bolsonaro e PSL alegam “investigação seletiva” para intimidar Ministério Público/RJ

O senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) e integrantes de seu partido no estado estão tentando intimidar o Ministério Público do Rio de Janeiro com representações junto ao Conselho Nacional do Ministério Público.

A medida é uma tentativa de paralisar as investigações conduzidas pelo órgão, após denúncias do Conselho de Acompanhamento Financeiro (Coaf). O órgão flagrou movimentações financeiras suspeitas, por parte de um assessor de Flávio

Bolsonaro, o ex-policial Fabrício Queiroz, que chegaram a R\$ 1,2 milhão entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. De 2014 a 2017 esse valor chegou a R\$ 7 milhões.

Repetindo o que fazia a cúpula do PT quando vinham à tona as propinas em troca de obras superfaturadas na Petrobrás, os bolsonaristas agora fazem o mesmo contra o MP/RJ. Eles acusam-no de “investigação seletiva”, “perseguição política”, “afronta às garantias constitucionais”,

“violação de sigilos”, “vazamentos de dados”, e outras baboseiras.

Tanto o PSL quanto o senador protocolaram nesta sexta-feira (15) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) representações contra o procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Rio de Janeiro, José Eduardo Gussem e o promotor Cláudio Cardoso, pela atuação nas investigações do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ).

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Bolsonaro dispensa visto para turistas dos EUA, mas exigência para brasileiros ir lá continua

Uma edição extra do Diário Oficial da União trouxe, na segunda-feira (18), um decreto assinado por Jair Bolsonaro que dispensa o visto de entrada no país para cidadãos dos Estados Unidos que viajarem ao Brasil.

A medida, adotada sem a exigência de qualquer gesto de reciprocidade do governo norte-americano, foi adotada em meio à primeira visita oficial de Bolsonaro aos EUA, onde deve se encontrar com

Donald Trump, na terça-feira (19).

Também foram dispensados de vistos cidadãos do Canadá, Austrália e Japão. Porém, como a medida é unilateral, os brasileiros que desejarem viajar para estes quatro países continuarão enfrentando as costumeiras dificuldades para conseguir os vistos de entrada.

No caso dos EUA, em janeiro de 2017, Trump editou um decreto que

difficultou a concessão de visto a diversos países, entre os quais do Brasil. O documento, classificado como “Ato do Executivo para proteger a nação contra a entrada de terroristas estrangeiros nos Estados Unidos”, revogou a isenção de entrevistas para quem renovasse o visto na mesma categoria até 48 meses após o vencimento.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Em congresso conjunto, PCdoB e PPL concluem processo de união

Karla Boghuff

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Pátria Livre (PPL) concluíram, neste domingo (17), em congresso conjunto, realizado no auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o processo de unificação das duas legendas. A presidente do PCdoB, Luciana Santos, abriu os trabalhos e disse que “este é um dia que entrará para a história política do Brasil”.

“Este será um marco da história das lutas de nosso povo e da vida partidária, porque hoje se fortalece a corrente revolucionária em nosso país”, disse.

“A incorporação do Partido Pátria Livre ao PCdoB é um feito de grande magnitude e sentido histórico. É o reencontro de duas correntes revolucionárias que têm a mesma raiz e que fizeram ao longo do seu percurso a defesa da nação, da democracia, do desenvolvimento e dos direitos de seu povo”, destacou.

“A opção firmada por PPL e PCdoB vai muito além do cumprimento burocrático da cláusula de desempenho, que foi imposta como forma de impedir a livre atuação das legendas históricas, que propugnaram um projeto transformador para o Brasil”, acrescentou Luciana. “A nossa unidade fortalecerá a resistência a esse governo nefasto”, prosseguiu a presidente do PCdoB.

Sérgio Rubens Torres, presidente do PPL, iniciou seu discurso dizendo que se sentia honrado “em poder ajudar a companheira Luciana a dirigir o PCdoB”. “Para nós, disse ele, “a incorporação é um primeiro passo para a unificação. Nós não aprendemos e não concordamos com uma estrutura partidária que se organiza por tendências. Isso acaba parecendo um casamento com separação de bens, que não é muito próprio para um partido ligado ao mundo do trabalho”. “Essa questão da separação de bens é para



Congresso Extraordinário PCdoB e PPL

quem tem muitos bens. Então nós somos a favor do casamento com conjunto de bens”, disse o dirigente, sob aplausos.

Sérgio Rubens fez referência a um texto do presidente Mao Tse Tung, de 1938, chamado ‘Problemas Estratégicos da Guerra Revolucionária na China’, relacionando-o com as necessidades contemporâneas das forças de oposição no Brasil. “A concentração de forças é um método que geralmente se usa para destruir o inimigo quando ele está na ofensiva. Se o inimigo é mais forte, e está na ofensiva, você precisa concentrar as forças para poder destruí-lo”, disse.

“Quando ele está mais forte e na ofensiva, ele precisa ocupar terreno. Para ocupar terreno, precisa dispersar um pouco as suas forças. Do nosso lado, se nós concentramos as forças, nós ficamos mais fortes do ponto de vista tático, embora estejamos mais fracos do ponto de vista estratégico. Isso porque, onde eu concentro eu fico mais forte do que o inimigo, que não está concentrado porque está sendo obrigado a dispersar forças para a ocupação do terreno”, explicou. “A nossa unificação representa uma primeira resposta a essa situação de ofensiva estratégica do inimigo. Nós sofremos uma derrota. Por isso é vital fazermos a concentração de forças para podermos isolar e derrotar o inimigo”, ressaltou.

“Precisaremos fazer uma política de frente com setores amplos da sociedade. Será unidade em questões pontuais. Na questão da Previdência, por exemplo, alguns setores podem ficar do lado do governo, mas na Escola Sem Partido, não. Eu não posso fazer uma frente neste momento apenas com quem pense uma alternativa ao governo igual à nossa, porque isso seria dar mole para o inimigo. O que está na ordem do dia não é um programa alternativo, mas sim o isolamento do governo”, observou. Na política de isolar o governo, segundo Sérgio Rubens, “é possível que setores que apoiam algumas medidas contra o povo decidam não votar nelas para não fortalecer politicamente Bolsonaro”.

O governador do Maranhão, Flávio Dino, fechou o ato e saudou a unificação do PCdoB e do PPL com grande entusiasmo. Lembrando sua participação no movimento estudantil, ele brincou, dizendo que sempre teve vontade ser do MRB. “Não foi lá, mas foi hoje, e eu me sinto filiado a essa organização que engrandece o Brasil, que é o MRB e o PPL”, afirmou. “Além da importância histórica deste momento, é que também o Trabalho de Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola estão presentes aqui”, disse o governador.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

Entrega da Base de Alcântara, visita camuflada à CIA, Embraer para a Boeing, vistos liberados para turistas dos EUA sem reciprocidade para os brasileiros

Jair Bolsonaro desapareceu na manhã desta segunda-feira (18) nos Estados Unidos. Nenhum de seus assessores tinha informações sobre o paradeiro do presidente. Depois soube-se que ele estava numa reunião não agendada na sede da CIA, a agência de espionagem norte-americana.

A reunião era clandestina. Não foi incluída na agenda oficial. Apenas Eduardo Bolsonaro, seu filho, sabia da agenda secreta, e foi ele quem deu a informação, através de seu twitter: “Será uma excelente oportunidade de conversar sobre temas internacionais da região com técnicos e peritos do mais alto gabarito”, disse ele.

No jantar do domingo, Bolsonaro já dava a entender que seria capaz de dar essa demonstração de capachismo explícito no dia seguinte. Ser o único presidente da República de um outro país do mundo, inclusive já atingido por ações da agência, a visitar o antro de assassinos da CIA e, além disso, colocar seu filho para elogiá-los.

O órgão é conhecido pelos escândalos e assassinatos de lideranças políticas e presidentes na América latina e no resto do mundo. Sua especialidade sempre foi derrubar governos “rebeldes” que defendem o uso de suas riquezas em benefício de seus povos.

Os elogios de Eduardo Bolsonaro a seus integrantes e o fato do presidente prestigiar a agência de espionagem americana, antes de visitar a própria ABIN, a agência de segurança brasileira, causou mal-estar entre os militares brasileiros. O diretor-geral da ABIN, Janér Tesch, nem mesmo na comitiva presidencial estava.

Bolsonaro fez questão de destacar, durante sua fala no jantar, o seu lema da campanha eleitoral: “E conheceréis a verdade e a verdade vos libertará”. Coincidentemente este é o mesmo lema oficial da CIA, que ele visitaria no dia seguinte. Provavelmente a lembrança do “lema” era uma espécie de senha para a reunião secreta com os espíões. O encontro na manhã desta segunda-feira na CIA não passou de uma prestação de contas de seus planos entreguistas, antes da audiência com o “chefe”, na terça.

Diante da repercussão negativa da reunião clandestina, o Planalto divulgou nota justificando que “o motivo da visita está ligado à importância que o presidente confere ao combate ao crime organizado e ao narcotráfico, bem como à necessidade de fortalecer ações da área de inteligência que abrangem o Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Gabinete de Segurança Institucional, entre outros órgãos”. Realmente, muito importante. A CIA tem uma grande experiência em “crime organizado”. E também é profundamente conhecedora de “crimes organizados e encobertos”.

Bolsonaro na verdade está nos Estados Unidos para informar ao presidente Trump que está à sua inteira disposição. Tanto que ele disse no jantar com a direta americana que sempre teve uma grande admiração pelos Estados Unidos e que a visita é para “unir forças com Trump”. ‘Unir essa força’ com Trump é levar na bagagem a entrega da Base de Alcântara, no Maranhão. A estrutura é considerada melhor base de lançamento de foguetes do mundo, por estar muito próximo da Linha do Equador. Entregar a base poderá inviabilizar o programa espacial brasileiro.

Já as conversas reservadas com a CIA, provavelmente eram para dizer a eles que não precisam mais se preocupar com o Programa Espacial brasileiro. Este mesmo programa, que, apesar de um grande esforço de seus técnicos, cientistas e engenheiros, não conseguiu se viabilizar por conta de grandes pressões exercidas pelo

governo americano. Ele viveu as estranhas experiências de duas grandes explosões em suas instalações, até hoje não esclarecidas.

Desde a última delas, ocorrida em 2003, o projeto brasileiro enfrenta dificuldade de ser retomado. Naquela ocasião, uma ignição prematura e incomum de um dos motores resultou na explosão do protótipo de 21 metros de altura e na morte de 21 tecnólogos do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Depois desses “desastres” nas plataformas de lançamento, o governo americano intensificou o lobby para se apoderar da Base de Alcântara.

Os EUA não só fizeram lobby, como, ao não conseguirem seus intentos no governo FHC, retaliaram o Brasil, proibindo qualquer empresa americana de vender produtos para o programa espacial brasileiro, para uso em Alcântara. Quando o Brasil fez um acordo de transferência de tecnologia com a Ucrânia, os EUA, como se poderá ver mais adiante, intensificaram a sabotagem.

O Senado Federal havia barrado a tentativa do governo brasileiro de entregar a Base de Alcântara ao controle norte-americano no final do governo Fernando Henrique. Os parlamentares da época, e os militares, consideraram uma afronta à soberania nacional as cláusulas que designavam áreas inteiras da base para uso dos Estados Unidos, proibindo que brasileiros tivessem acesso a elas.

Além disso, o acordo com os americanos, que Bolsonaro, agora quer reeditar, em sua bajulação a Trump, proíbe que os recursos obtidos com o uso da base fossem reinvestidos no Programa Espacial brasileiro. Ou seja, o objetivo, além do domínio territorial brasileiro, era claramente impedir o desenvolvimento pelo Brasil da tecnologia aeroespacial.

Bolsonaro vai simplesmente informar ao governo americano que, sob seu governo, a Base de Alcântara poderá ser usada por eles, como eles quiserem, ou seja, com as “salvaguardas” que o Senado havia rejeitado.

E mais, Bolsonaro, na verdade, vai dizer a Trump que o país vai abrir mão de desenvolver seu projeto de criar uma base de lançamento de foguetes. Trump, certamente vai agradecer a gentileza, afinal, esse era o grande objetivo do governo dos EUA, como revelaram os telegramas divulgados pelo WikiLeaks.

Em 2011, a divulgação, feita pelo site WikiLeaks, de telegramas diplomáticos entre a embaixada dos EUA e a Casa Branca mostrou que o objetivo do governo americano era impedir que o Brasil obtivesse tecnologia própria no setor aeroespacial. Isto ficou claro depois que o Brasil assinou em 2006 um acordo com a Ucrânia, no Programa Cyclone 4, de construção de uma plataforma de lançamento de satélites.

O primeiro dos telegramas divulgados, datado de 2009, conta que o governo dos EUA pressionou autoridades ucranianas para emperrar o desenvolvimento do projeto conjunto Brasil-Ucrânia de implantação da plataforma de lançamento dos foguetes Cyclone-4 – de fabricação ucraniana – no Centro de Lançamentos de Alcântara, no Maranhão.

O telegrama do diplomata americano no Brasil, Clifford Sobel, enviado aos EUA em fevereiro de 2009, relatava que os representantes ucranianos, através de sua embaixada no Brasil, fizeram gestões para que o governo americano revisse a posição de boicote ao uso de Alcântara para o lançamento de qualquer satélite fabricado nos EUA.

A resposta americana foi clara.

S. C.
Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

Governador do Maranhão: “a Base de Alcântara não pode ser monopólio dos EUA”

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), criticou o acordo do governo federal para permitir os EUA explorarem a Base de Alcântara.

Bolsonaro está nos Estados Unidos para assinar um acordo permitindo que os norte-americanos lancem satélites, foguetes e mísseis a partir da base espacial brasileira. “É normal que haja Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (ACT), em razão da proteção jurídica à propriedade intelectual. Contudo, o acordo não pode ser abusivo e conter cláusulas que violem a

soberania nacional. Também não concordo com nenhuma ampliação de área da Base ou com remoção de mais pessoas”, afirmou.

Flávio Dino condenou o uso exclusivo da base pelos Estados Unidos. “A exploração comercial não pode ser monopólio de um país, ou seja, a Base deve estar à disposição de todos os países que queiram usar e tenham condições para tanto. É vital a meu entender que se criem as condições para a retomada do Programa Espacial Brasileiro”, pontuou. Leia mais em www.horadopovo.org.br

Palocci: “várias vezes Lula fez pedidos para beneficiar a Odebrecht e Dilma atendia”

O ex-ministro Antonio Palocci, que ocupou as pastas da Fazenda e Casa Civil nos governos Lula e Dilma, afirmou em depoimento à Justiça Federal que presenciou, em várias oportunidades, o petista fazendo solicitações à sua sucessora para que beneficiasse empresas no governo federal.

“Acompanhei diversas vezes o presidente Lula fazendo inúmeros pedidos à presidente Dilma em relação a interesses de empresas, de parceiros dele. O presidente Lula várias vezes fez pedidos em relação a benefícios para a Odebrecht. A presidente Dilma realmente atendia”, declarou o ex-operador e ex-homem de confiança de Lula.

Palocci foi ouvido na segunda-feira (18) pelo juiz Vallisney de Souza, da 10ª Vara Federal de Brasília, no âmbito da ação penal da Operação Zelotes – que investiga irregularidades na compra de caças suecos pelo governo e na edição da Medida Provisória 627, que concedeu incentivos fiscais a montadoras de veículos.

O ex-ministro re-

PDT fecha questão contra a reforma da Previdência

Em Convenção Nacional, realizada nesta segunda-feira (18), o PDT fechou questão contra a reforma da Previdência. O encontro ocorreu na sede do partido em Brasília. Na avaliação da legenda, é necessário marcar posição no que classifica como “luta contra os retrocessos”.

O ex-governador e candidato do PDT à Presidência da República no ano passado, Ciro Gomes, não compareceu à reunião da sigla, mas enviou um vídeo no qual afirma que é necessário mostrar a população “as

terou o que havia dito em outro depoimento, em dezembro, que o ex-presidente acertou com um lobista do setor automobilístico, Mauro Marcondes Machado, o pagamento de R\$ 2,5 milhões ao seu filho caçula, Luís Cláudio Lula da Silva, em troca de viabilizar a prorrogação dos incentivos fiscais.

Segundo Palocci, Lula intercedeu junto a Dilma e o ex-ministro Aloizio Mercadante (Casa Civil) para que não vetassem a alteração feita pelo Congresso. Ele contou que o próprio Lula lhe informou que sua atuação resultaria no repasse de valores por parte de uma empresa de Mauro Marcondes – que representava a Caoa (Hyundai) e a MMC Automotores (Mitsubishi) – para seu filho.

O ex-ministro reafirmou o que dissera em depoimento anterior sobre o acerto de valores na compra de helicópteros e para a construção de submarinos nucleares numa reunião com o então presidente francês Nicolas Sarkozy, em 2009.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

perversidades” da reforma da Previdência. Ele convocou a população a pressionar os parlamentares em relação a proposta de emenda constitucional (PEC).

“Precisamos ajustar nossa tática para os primeiros enfrentamentos práticos, como ajudar o povo a entender as perversidades na reforma da Previdência de Jair Bolsonaro e renovar os esforços de militância”, disse Ciro, que justificou sua ausência por “um compromisso inadiável no Ceará”.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Governadores do Nordeste marcam posição contra PEC da Previdência

Representantes dos nove estados da região criticaram a retirada dos direitos da Previdência da Constituição e o regime de capitalização pretendido pelo governo

O encontro de governadores da região Nordeste, realizado na quinta-feira (14), em São Luís, condenou a tentativa do governo Bolsonaro de retirar os direitos previdenciários dos brasileiros da Constituição Federal e estabelecer o chamado regime de capitalização, por meio da PEC 6/2019. De acordo com a Carta, assinada no encerramento do encontro, a PEC apresentada pelo governo pretende “retirar da Constituição garantias fundamentais aos cidadãos”.

O documento foi redigido durante o Fórum dos Governadores do Nordeste, no Palácio dos Leões, sede do Governo do Maranhão. Anfitrião do evento, Flávio Dino, destacou que o grupo se posicionou sobre temas que afetam diretamente a população. Dentre eles, a estão a retirada das regras previdenciárias da Constituição; a adoção do regime de capitalização; e medidas restritivas de direitos dos mais pobres, incluindo os trabalhadores rurais e a redução do valor do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara, também criticou diversos pontos da PEC da Reforma da Previdência. “Tem questões relacionadas à aposentadoria do trabalhador rural e ao BPC (Benefício de Proteção Continuada) que vão contra o interesse da população mais pobre. Isso precisa ser discutido, porque as regras têm que estar maduras e é preciso olhar o Brasil como um todo. Não dá para ver apenas um sentido, como se tudo fosse igual e não tivéssemos um País tão grande, com tantas regiões e com tanta desigualdade”, afirmou o governador pernambucano, listando ainda outros dois pontos do texto questionados pelos gestores nordestinos: a capitalização e a “desconstitucionalização” da reforma.

ORÇAMENTO

Os representantes dos nove estados criticaram ainda a iniciativa da equipe de Paulo Guedes de desvincular as receitas da Saúde e Educação do Orçamento federal.

“Achamos que resultaria num desastre social para o país. Iria haver diminuição de investimentos em saúde e educação, sobrecarregando ainda mais Estados e municípios, que são obrigados a manter suas redes de atendimento, as escolas, os hospitais, as UPAs”, afirmou Flávio Dino, que falou em nome dos demais governadores.

Segundo o governador maranhense, “a desvinculação não produziria nenhum efeito a não ser a eventual diminuição de repasses para Estados e municípios”.

No encontro, os governadores também defenderam as

estruturas de desenvolvimento regional, que estão sob a ameaça de privatização ou extinção. De acordo com a carta, é preciso preservar a existência do Banco do Nordeste, da Sudene e da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco).

Para Dino os mecanismos regionais “são fundamentais não apenas para o Nordeste, mas para o Brasil, uma vez que superar desigualdades regionais não é um direito dos nordestinos, é um dever do Brasil inscrito na Constituição. Por isso somos contrários a qualquer proposta de privatização ou extinção desses importantes organismos da vida política do Nordeste”.

Segundo ele, o Fórum de Governadores defende o amplo diálogo com todas as esferas de poder: “Nossos Estados têm no Congresso Nacional 27 senadores e 153 deputados federais. O primeiro trabalho é que haja uma sensibilização das bancadas federais em relação a esses pontos”.

“A agenda que apresentamos é de amplo diálogo, com outros governadores de outras regiões também. São pontos de vista que interessam a Nação e outros Estados. E diálogo também com as bancadas federais no Congresso, de modo suprapartidário, e com o governo federal”, acrescentou.

CONSORCIO

No Fórum, também foi assinado o protocolo de criação do Consórcio Nordeste. Com o instrumento, os estados nordestinos terão, por exemplo, mais poder de negociar preços, já que serão feitas compras conjuntas, com um volume muito maior. Também poderão ser feitas operações policiais muito mais intensas que as de hoje.

A medida foi celebrada pelo governador de Pernambuco, Paulo Câmara. “Com a assinatura do Consórcio Nordeste, teremos condições de atuar com mais inteligência em temas que são muito importantes para o desenvolvimento da região. Teremos mais eficiência e celeridade a partir de agora”, destacou Câmara.

Os governadores defenderam, ainda, o Estatuto do Desarmamento e se mostraram contrários a regras que ampliem a circulação de armas, mediante posse e porte.

Estiveram presentes no Fórum os governadores Flávio Dino (Maranhão), Rui Costa (Bahia), Paulo Câmara (Pernambuco), Camilo Santana (Ceará), João Azevedo (Paraíba), Wellington Dias (Piauí), Fátima Bezerra (Rio Grande do Norte), Belivaldo Chagas (Sergipe) e o vice-governador José Luciano Barbosa da Silva (Alagoas).

Leia no portal **Hora do Povo** a íntegra da Carta do Fórum dos Governadores do Nordeste.

Regime de capitalização inviabiliza a Previdência e amplia a desigualdade, afirmou o governador Casagrande (ES)

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, criticou, durante encontro dos governadores das regiões Sudeste e Sul do país, o projeto apresentado pelo governo de reforma da Previdência. Segundo Casagrande, a PEC 6/2019, em especial o regime de capitalização e a desconstitucionalização “ampliarão a desigualdade no país”.

Apesar de se manifestar a favor de mudanças na Previdência, o governador ponderou que “a proposta de capitalização, do jeito que está colocada, inviabiliza o sistema de Previdência Pública no Brasil e aumenta a desigualdade”.

“Qualquer reforma tem que enfrentar o problema da concentração de renda, da injustiça social”, disse em vídeo publicado em suas redes sociais após o encontro.

Segundo o governador capixaba, a proposta apresentada por Guedes “amplia ainda mais a concentração de renda”. “Do mesmo modo, é preciso mudar a questão do Benefício da Prestação Continuada (BPC) e da Aposentadoria Rural... E não desconstitucionalizar os termos da Previdência, porque isso pode, de fato, ter uma ação

que prejudique as camadas mais pobres do país”.

ENCONTRO

O encontro dos governadores do Sudeste e Sul foi realizado no último sábado (16) em Minas Gerais. Seu anfitrião, Romeu Zema, foi o primeiro a defender “integralmente” a PEC da Reforma. Já João Doria (SP), afirmou que “não dá pra pensar em crescimento econômico sem a reforma da previdência”.

Na reunião, que durou cerca de uma hora, eles discutiram a situação fiscal dos estados e as reformas. Eles também aprovaram a criação de um Consórcio entre os estados das regiões.

Participaram do encontro os governadores Romeu Zema (Novo) de Minas Gerais, João Doria (PSDB) de São Paulo, Wilson Witzel (PSC) do Rio de Janeiro, Renato Casagrande (PSB) do Espírito Santo, Carlos Moisés (PSL) de Santa Catarina e Eduardo Leite (PSDB) do Rio Grande do Sul. O único estado das duas regiões não representado no primeiro encontro foi o Paraná, do governador Ratinho Junior (PSD). Ele não esteve presente na reunião por problema de agenda.



Fórum dos Governadores da região Nordeste se reuniu no Maranhão



A lucidez na hora da loucura

Alguém – acho que Spinoza, mas não tenho certeza – escreveu que é nos momentos de maior loucura que se precisa mais da lucidez.

A frase pode parecer óbvia, mas não é, como mostra a disputa, depois do banho de sangue em Suzano, entre os que acham que existem armas de mais e aqueles que acham que existem armas de menos.

O país está devastado, com milhões de desempregados, a escola pública foi arrasada, a saúde é cada vez menos pública, as oportunidades de lazer para os jovens reduzem-se ao consumo de porcarias importadas – ou de outras porcarias.

A segurança de viver – inclusive a famosa segurança jurídica – desapareceu para mais de 90% dos brasileiros, inclusive direitos trabalhistas consagrados havia décadas.

O Estado, seja lá sob que forma, é um ausente nos bairros populares – vale dizer, na maior parte do Brasil.

Em seu lugar, quadrilhas – de traficantes ou “milícias” – ocupam o espaço.

Como se isso não bastasse, os direitos que ao povo ainda restam – a começar pelo direito a se aposentar, ainda que com magra aposentadoria – estão sob ameaça, com um governo que somente consegue atrair (e por pouco tempo) alucinados, astrólogos, entreguistas, vigaristas, fanáticos, débeis mentais e outros espécimes bizarros.

O acesso à Justiça – e à justiça – é negócio para ricos, apesar dos esforços de muitos promotores, procuradores e juizes.

A roubalheira, o topa tudo por dinheiro, a moral (???) dos espertos e dos canalhas, dos puxa-sacos, dos vagabundos, dos que não querem trabalhar, dos que querem viver (e vivem) espoliando a coletividade, começa no governo.

A identidade nacional é atacada – tão atacada que até as formas que assume o desespero, sejam as seitas obscurantistas, sejam os assassinatos em massa, são importadas.

E, depois, quando essa desgraça explode em sangue, a discussão é se há muita ou pouca arma!

Ou se a culpa do massacre é do “bullying” ou da falta de Deus.

O mesmo Spinoza disse uma vez que “aqueles que, quando ignoram uma coisa, recorrem à vontade de Deus, estão totalmente loucos: é apenas uma forma ridícula, sem dúvida,

de confessar a própria ignorância”.

Agora, imaginemos só aqueles que, em vez de recorrer a Deus, recorrem à falta de Deus...

Como se Deus tivesse alguma coisa a ver com o que está sendo feito neste país.

A continuar nessa ordem de explicações, seria melhor recorrer ao Diabo.

Deve ser isso o que fez Bolsonaro. Segundo escreveu em seu Twitter, o que aconteceu em Suzano foi uma “monstruosidade e covardia sem tamanho”.

Parece que ele estava se referindo a algum tiroteio no Velho Oeste dos EUA, em que um pistoleiro atirou pelas costas de outro.

Já o vice, Mourão, observou que “essas coisas não aconteciam no Brasil”.

Realmente, não aconteciam. Não somos os EUA, onde já houve 19 massacres em escolas – e há uma média de 10 ataques por arma de fogo, dentro de escolas, a cada ano, segundo o insuspeito (nessa questão) “The Washington Post”.

Mas por que essas coisas passaram a acontecer no Brasil?

Nem o capitão nem o general parecem achar que a política que defendem, propõem – e estão executando – tem alguma coisa a ver com isso.

Como se a anulação do que é brasileiro – como se a alienação brutal em relação às necessidades de nosso povo e de nossa Nação – pudessem levar a algum lugar que não o abismo.

Sintomaticamente, a chacina em Suzano aconteceu no dia seguinte à prisão dos assassinos da vereadora Marielle Franco.

Para surpresa geral, o assassino morava no mesmo condomínio – e na mesma rua – que o presidente da República, Jair Bolsonaro.

Não somente morava no mesmo condomínio e na mesma rua, como um dos filhos de Bolsonaro foi namorado de uma filha do assassino – um sargento da PM, egresso do Exército, tal como Bolsonaro e Fabrício Queiroz, o capataz que recolhia dinheiro no gabinete de seu filho, o então deputado estadual Flávio Bolsonaro, agora abrilhantando o Senado Federal.

E, mais: o assassino e vizinho de Bolsonaro, Ronnie Lessa, foi introduzido no Escritório do Crime – o bando de assassinos por encomenda das “milícias” – pelo ex-capitão do Bope Adriano Magalhães da Nóbrega, cuja mãe e esposa trabalhavam no gabinete do deputado estadual Flávio Bolsonaro, por nomeação deste (v. [Mãe e mulher de chefe de milícia trabalhavam para Flávio](#)

[Bolsonaro na Alerj](#)).

Adriano Nóbrega, aliás, recebeu duas homenagens da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), todas duas por iniciativa de Flávio Bolsonaro. Uma delas, a Medalha Tiradentes, a mais alta condecoração do Estado do Rio de Janeiro, foi entregue a Adriano Nóbrega na prisão, onde estava, em 2005, pelo assassinato do guardador de carros Leandro dos Santos Silva, de 24 anos (v. [Miliciano estava preso quando recebeu Medalha Tiradentes de Flávio Bolsonaro](#)).

Diz Bolsonaro que não se lembra do assassino, um dos sicários do Escritório do Crime, e que outras pessoas já foram presas no condomínio, “incluindo uma mulher por tráfico internacional de droga”.

O quase inacreditável é Bolsonaro achar normal que o lugar em que mora no Rio fosse tão preferido por assassinos, traficantes e futuros presidentes da República...

Já, segundo o deputado Eduardo Bolsonaro, “esse caso de assassinato [de Marielle] é como os outros 62 mil casos que a gente tem no Brasil”.

Será que todos esses assassinos moram no mesmo condomínio do presidente da República?

Mas, também, disse o filho de Bolsonaro: “É um desespero para tentar dizer que Bolsonaro tem culpa no cartório”.

Mas quem foi que disse isso?

Pelo menos por enquanto, o único que aventou essa hipótese foi o deputado Bolsonaro.

O que está claro, até agora, é o meio em que vivia o atual presidente da República. É isso o que, até agora, provoca estranheza.

Já dizia o Apóstolo Paulo: “Não vos enganeis. As más companhias corrompem os bons costumes” (Primeira Epístola aos Coríntios 15, 33).

Mas por que nos detivemos nessa ganga?

Porque, quando o exemplo não vem de cima, quando o estado moral do país é dado por essa miséria, quando as famílias são dilaceradas e a cultura do país é esmagada por lixo estrangeiro, não se pode esperar nada, além de que o refúgio externo e a devastação nacional engendrem explosões de sangue.

Certamente, nosso país, nosso povo, tem energias para superar essa situação.

E vamos superá-la, devolvendo ao esgoto aquilo que nunca dele deveria ter saído.

C.L.



Escola Raul Brasil reabre após chacina

Escolas e creches da cidade de Suzano, na Grande São Paulo, retomaram as atividades nesta segunda-feira (18), após o período de luto oficial decretado pelo prefeito Rodrigo Ashiuchi. A Escola Estadual Raul Brasil, local do massacre realizado na última quarta-feira, onde morreram cinco estudantes e duas funcionárias, abriu as portas para atividades de apoio psicológico a funcionários alunos, e familiares das vítimas.

Os funcionários que desejarem passar por atendimento psicológico podem ir até o local a partir das 10h de hoje. O segundo dia, terça-feira (19), é voltado para os alunos. E o terceiro dia, na quarta-feira (20) é aberto para a comunidade. As atividades de apoio psicológico poderão ser individuais ou coletivas. Ainda não há previsão de retorno às atividades escolares.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, o planejamento dessas atividades contará com o apoio de profissionais do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), dos centros de Atenção Psicossocial (Capes) da prefeitura de Suzano, além de outras secretarias do governo do estado.

A proposta para o acolhimento é desenvolver atividades livres, como oficinas, terapias em grupos, rodas de conversa, depoimentos, compartilhamento de boas práticas, entre outras.

Ainda de acordo com o governo, uma rede de apoio, formada por instituições públicas e privadas, atuou no fim de semana, prestando atendimento psicológico e especializado na Diretoria Regional de Ensino de Suzano e no Capes do município, além de visitas domiciliares às famílias das vítimas.

Na manhã desta segunda-feira (18) alunos puderam retornar à escola para buscar os materiais deixados para trás durante o ataque. Eles foram recebidos com flores e abraços das pessoas que estavam no momento. Maria Eduarda Levino, de 14 anos, é estudante do primeiro ano do Ensino Médio. Ela ganhou uma flor na escola quando foi pegar a mochila que estava guardada na sala da diretoria.

“A sensação é estranha. Você passa no local que aconteceu e lembra de tudo. Parece que agora é que caiu a ficha. Eu estava na cantina, ouvi os tiros, foi tempo de olhar para trás e correr para a cozinha. Ganhar essa flor foi uma coisa boa, porque a gente se sente acolhido. Ganhei muitos abraços lá dentro. Eu volto sim porque o que tinha que acontecer, já aconteceu”, diz Maria Eduarda.

Guilherme Taucci Monteiro, de 17 anos, e Luiz Henrique de Castro, de 25 anos entraram na Escola Raul Brasil atirando. Após matarem oito pessoas e deixar outras 23 pessoas com diversos tipos de ferimentos, Guilherme atirou na cabeça de Luiz Henrique e se matou em seguida.

Mostra Cinema com Partido exibe “A vida de Galileu” e critica terraplanistas

Seguindo a programação da Mostra Democrática “Cinema com Partido”, no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, ocorreu neste sábado (16), a exibição do filme “A vida de Galileu”, dirigido por Joseph Losey (1975).

O filme relata a história e as observações astronômicas de Galileu, utilizando o recém-inventado telescópio, onde reforçaram a teoria de Copérnico de que a Terra gira em torno do Sol – e não o oposto, como defendia a Igreja Católica. Em 1616, a Inquisição começa a julgar o cientista por “prejudicar a Fé Sagrada ao tomar a Sagrada Escritura como falsa”. O filme adapta peça de Bertolt Brecht, que Losey dirigiu na Broadway em 1947.

Como na abertura da mostra, ao fim da exibição do filme, o público contou com um enriquecedor debate. O presidente da UMES, Lucas Chen conduziu a discussão sobre as questões políticas e científicas apresentadas pelo filme.

Chen ao longo de sua fala, disse que o filme é esclarecedor; acerca de entendermos a sociedade. “A gente consegue entender o papel da ciência no desenvolvimento da sociedade e do ser humano. A grande questão, posta no filme é como atrelar os pensamentos e as críticas, sem que as crenças se sobressaiam sobre o que é certo ou errado. Nos dias de hoje, observamos a guerra entre a razão e a lógica, que faz com que pensamentos retrógrados, afirmações rasas e sem embasamento, venham à tona como verdades absolutas”, afirmou.

“Os mesmos defensores de que a Terra é plana e o centro do universo, além de falarem que são donos da razão, são essas, que defendem o retrocesso na educação, defendendo com veemência, o projeto “Escola Sem Partido”. O filme mostra que a lógica é fundamental nas afirmações e assim, contribuir para o entendimento da sociedade e do planeta”, pontuou Chen.

Na sequência da mostra, o próximo filme será “Giordano Bruno”, dirigido por Giuliano Montaldo (1973). A mostra está acontecendo aos sábados, às 10h, no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, no Bixiga, centro de São Paulo.

100 anos de Jango: um homem e uma obra para o Brasil (2)

Continuação da página 8

“Vou lutar e continuarei lutando sem esmorecimento.

“Não desejo suprimir vantagens legitimamente auferidas por parcelas do povo, nem tampouco me move o desejo insano de atingir o patrimônio de quem quer que seja.

“O que me anima é o trabalho em prol da justiça.

“O que desejo é dar condições para que todos tenham vantagens num futuro próximo, e todos possam um dia igualmente defender o patrimônio que possuem.

“A essência do trabalhismo, para mim, reside em dar a cada um o respeito que se tem a si próprio.

“É dentro dessa perspectiva democrática e cristã, genuinamente brasileira, que atende às nossas melhores tradições culturais, que se coloca a minha pregação.

“Faço um apelo à inteligência brasileira para que se volte para a nossa realidade e procure convergir todos os esforços no sentido de elaborar, formular e tornar imediatamente viáveis as reformas de base de que necessitamos.

“O papel do Congresso é dos mais relevantes, e os congressistas, que receberam das fontes populares os seus mandatos, não podem ausentar-se do problema que agora nos ameaça em termos inapeláveis.

“Com espírito realista, procurei apontar as diretrizes dentro das quais é possível reformar o país e abrir caminho ao Brasil futuro que pede impaciente para nascer: um Brasil próspero, humano e justo.

“Só nesse Brasil, o regime democrático e as instituições que todos prezamos poderão estar a salvo.

“Vivemos, hoje, sob uma expectativa de acontecimentos incontáveis.

“A palavra revolução deixou de ser um fantasma abstrato e passou a atingir os próprios fundamentos da confiança indispensável ao trabalho profícuo e à ordem social.

“A revolução já não é uma simples bandeira de ameaça demagógica porque se transformou, de fato, num temor real da Nação, e temor que cresce à medida que se acelera o ritmo inflacionário.

“Já ultrapassamos os limites do suportável.

“Urge, agora, ajustar medidas de emergência no âmbito das finanças internas e internacionais, para resguardar o mínimo de tranquilidade social, indispensável ao encaminhamento pacífico das modificações estruturais que irão possibilitar a realização do destino histórico que aguarda o Brasil como Nação civilizada e democrática”.

Sistema de capitalização da Previdência fracassa no mundo, diz estudo da OIT



Protesto de chilenos contra privatização da previdência em 2016

Assassino de Marielle depositou R\$ 100 mil na sua conta meses após o crime

O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) detectou um depósito de R\$ 100 mil, em dinheiro vivo, na conta do policial reformado Ronnie Lessa, assassino da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

Segundo relatório do Coaf, o depósito aconteceu na boca do caixa, no dia 9 de outubro de 2018, sete meses após o assassinato.

A Polícia Civil já sabe que o depósito do dinheiro foi feito pelo próprio Ronnie Lessa numa agência do banco Itaú, também na Barra, onde Lessa morava até a última terça-feira (12), quando foi preso na Operação Lume.

O Ministério Público citou esse relatório do Coaf em um pedido de bloqueio dos bens de Lessa e do ex-PM Elcio Queiroz, também preso. O MP pediu o bloqueio para garantir a indenização por danos morais e materiais às famílias da vereadora e do motorista.

O MP cita no pedido a lancha apreendida em Angra dos Reis em nome de uma pessoa apontada como “laranja” de Ronnie Lessa, os automóveis do PM reformado (um deles, um Infinity avaliado em R\$ 150 mil), e a casa dele, localizada em um “condomínio luxuoso na Barra da Tijuca”. De acordo com o Ministério Público, todos esses bens são incompatíveis com a renda de um policial militar reformado.

O juiz Gustavo Kalil, da 4ª Vara Criminal, aceitou o pedido de arresto na mesma decisão em que recebeu a denúncia do MP e decretou a prisão de Ronnie Lessa e Elcio Queiroz.

Estava previsto para esta sexta-feira (15) depoimentos dos assassinos na Divisão de Homicídios, na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio, sobre o duplo homicídio. Na quinta (14), Ronnie e Queiroz foram levados para audiência de custódia em Benfica por terem sido presos em flagrante, na terça-feira (12), por posse ilegal de arma. Na casa de um amigo de Ronnie a polícia encontrou 117 fuzis incompletos desmontados.

Homenagens

O pai de Marielle Franco, o aposentado Antonio Francisco da Silva, de 67 anos, fez um emocionado desabafo, em carta, feita a convite do jornal O Dia:

“Marielle nos faz muita falta. Era muito presente em nossa casa, muito participativa, liderava a família mesmo com uma mãe forte como a dela. Sua mãe era exemplo para ela. Apesar dessa imensa tragédia que está fazendo um ano, pensei que com o passar

dos dias e meses essa dor diminuiria, mas não é isso que está acontecendo. Mas, por outro lado, com o reconhecimento de inúmeras pessoas do Brasil e do mundo por Marielle, em muitos lugares que andamos, em muitas homenagens que recebemos, em participações em muitos eventos, isso acalenta a mim e a meus familiares. Mas também me deixa muito chocado e frustrado, pois minha filha não merecia o que fizeram com ela no auge de sua vida pessoal e profissional, principalmente da maneira que foi, sem nenhuma chance de defesa. Nenhuma chance de diálogo. Isso ela fazia muito bem. Dialogava com todos, mas não lhe deram essa possibilidade”.

“Muitas pessoas falam que sou forte, mas não imaginam o tamanho do sofrimento que passo no dia a dia. As aparências enganam. Até diminuí em alguns momentos, pois tenho recebido muitos ombros amigos, muitos abraços, muita solidariedade de muitas pessoas. Ouço sempre: “Marielle vive. Marielle presente”. E falo: é isso mesmo. Ela está viva no meu interior e presente no meu cotidiano. A todos que reconhecem sua grandeza e legado, meu muito obrigado. Deus abençoe a todos.”

Agatha Arnaus Reis, viúva do motorista assassinado Anderson Pedro Gomes, também fez uma homenagem ao marido:

“São 365 dias sem você e a vida nunca mais vai voltar ao normal. Lembro-me daquele dia 14 de março de 2018, enquanto conversávamos de manhã nos arrumando para sair. Você tranquilo se vestindo para levar documentos para a TAP (Transportes Aéreos Portugueses, onde Anderson ia trabalhar) e eu juntando as coisas do Arthur para levá-lo para a creche e ir trabalhar. Nunca imaginei que seria nosso último beijo!”

“Vivi momentos que foram muito difíceis sem você: meu aniversário, aniversário do Arthur, dia das mães, dia dos pais, os momentos que Arthur via uma foto sua e esticava os braços querendo seu colo, dormir sozinha na nossa casa, olhar suas coisas, suas roupas, cada momento foi o primeiro sem você e doeu muito; ainda dói”.

Um dos piores foi quando nosso filho passou, em setembro, por uma cirurgia de emergência, a quarta cirurgia até agora. Foi ali que minha ficha caiu e percebi que estava sozinha de verdade. Lembro-me de estar em pé no hospital, com uma mochila, uma bolsa cheia de exames e Arthur no colo quase sem reação. Houve um determinado momento que achei que ele não resistiria e pensei no que Deus poderia querer de mim e que eu

ficaria sem você e sem ele. Só queria você conosco”.

(...)

“Esse tempo sem respostas foi muito doloroso. Ainda preciso saber por que isso aconteceu, quem fez e quem mandou, mas tenho fé de que essas respostas chegarão. Enquanto as aguardo, sigo com fé de que um dia nos encontraremos. Enquanto estamos separados, estarei honrando a missão de criar nosso filho do jeito que conversávamos e lembrando de todos os momentos maravilhosos que tivemos juntos. Nosso amor vai além da vida! Obrigada pela vida maravilhosa que me proporcionou enquanto estivemos juntos. Te amo para sempre!”.

Dia do crime

Detalhes da ação da dupla de assassinos no dia do crime, de acordo com os investigadores:

As 16h59, o celular de Elcio Queiroz é detectado por antenas no condomínio de Lessa, o Vivendas da Barra

Entre 17h e 22h não é possível captar sinais dos telefones de Elcio e Lessa;

As 17h24, câmeras filmaram o Cobalt prata utilizado no assassinato de Marielle e Anderson próximo ao Quebra-Mar, na Barra;

As 18h45, câmeras de segurança mostram o Cobalt chegando à Rua dos Inválidos, onde Lessa e Elcio aguardaram pela saída da vereadora de um evento na Casa das Pretas, de acordo com a investigação;

Por volta das 21h10, Anderson e Marielle são assassinados na Rua Joaquim Palhares, no Estácio;

As 22h11, antenas de telefonia voltaram a captar um deslocamento do celular de Elcio. O movimento indica que o suspeito foi do condomínio Vivendas da Barra para o restaurante Resenha e Grill, onde chegou às 22h30.

As 23h18, o telefone de Lessa foi detectado no mesmo local que o de Elcio. Para a polícia, essa é uma prova de que os acusados continuaram juntos após o crime.

Réus

Em decisão tomada na quinta-feira (14) e divulgada na sexta-feira (15), o juiz Gustavo Kalil, do 4º Tribunal do Júri do Rio de Janeiro, recebeu a denúncia contra o ex-policial militar Elcio Vieira de Queiroz, e o sargento reformado Ronnie Lessa.

Assim eles tornam-se réus e vão responder por duplo homicídio triplamente qualificado (motivo torpe, emboscada e recurso que dificultou a defesa da vítima e receptação) e por tentativa de homicídio contra a assessora Fernanda Chaves.

Conforme Organização Internacional do Trabalho, Sistema não atendeu às expectativas, mas gerou frustrações”

Mais da metade dos países que adotaram o modelo de capitalização previdenciária, de forma total ou parcial, entre 1981 e 2014, tiveram que retornar ao sistema público de Previdência Social, “porque o sistema não atendeu às expectativas, mas gerou frustrações”, conforme estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O estudo aponta que a privatização da Previdência – que o governo Bolsonaro quer implantar no Brasil através do modelo de capitalização – fracassou na maioria dos países que adotaram este sistema.

De 30 países que realizaram reformas em seus sistemas previdenciários e implantaram o modelo de capitalização, entre 1981 e 2014, dezoito destes, até o ano 2018, se desfizeram de suas reformas, revertendo-as totalmente ou parcialmente para o sistema público de Previdência.

“Tendo em vista a reversão da privatização pela maioria dos países e a acumulação de evidências sobre os impactos sociais e econômicos negativos da privatização, pode-se afirmar que o experimento da privatização fracassou”, diz o documento da OIT.

A OIT explica que por consequência da crise financeira de 2008, o valor real dos ativos das previdências privadas foram reduzindo significativamente e, consequentemente, os resultados negativos do sistema privado causaram forte indignação popular.

“Muitos aposentados tiveram de recorrer à solidariedade social porque a aposentadoria caiu para níveis baixíssimos, muitas vezes inferiores à linha de pobreza”.

A sondagem tem como base: 14 países da América Latina (entre estes estão: Chile, primeiro a privatizar em 1981, Peru em 1993, Argentina e Colômbia em 1994, Uruguai em 1996, Bolívia, México e Venezuela em 1997); 14 do leste europeu e da antiga União Soviética (entre estes estão: Hungria e Cazaquistão em 1998, Croácia e Polônia em 1999, Bulgária e Rússia em 2002, e República Tcheca em 2013); E dois países da África, Nigéria em 2004 e Gana em 2010.

Até 2018, dezoito destes países desistiram da privatização, ainda que parcialmente: Rússia em 2012, Argentina (2008), Bulgária (2007), Bolívia (2009), Hungria (2010), Polônia (2011), Cazaquistão (2013), Venezuela (2000), Equador (2002), Nicarágua (2005), Eslováquia (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Croácia e Macedônia (2011), República Tcheca (2016) e Romênia (2017).

O modelo de capitalização exige que o trabalhador abra uma poupança pessoal onde terá de depositar no banco todo mês uma quantia para conseguir se aposentar. Hoje no Brasil, além da contribuição por parte do empregado, os patrões e o Estado também contribuem para as aposentadorias dos trabalhadores.

Na prática, a privatização dos sistemas de aposentadorias e pensões – que foi apresentada por seus defensores como uma solução concreta para enfrentar o envelhecimento da população e garantir a sustentabilidade dos sistemas de previdência – produziu, entre outros

pontos, segundo o estudo:

A diminuição e a estagnação nas taxas de cobertura dos regimes contributivos: “Na Argentina, as taxas de cobertura caíram mais de 20 por cento. O similar foi observado no Chile, Hungria, Cazaquistão e México; enquanto em outros países como Bolívia, Polônia e Uruguai, a cobertura se estagnou”.

A Deterioração das prestações previdenciárias: “a deterioração do nível das prestações sociais resultou em aumentos da pobreza na velhice, comprometendo o objetivo principal dos sistemas de previdência”, afirma a OIT ao destacar que a mudança do tipo de plano de benefício teve um sério impacto negativo na suficiência das prestações, com taxas de substituição muitas vezes abaixo dos padrões da OIT. “Na Bolívia, as pensões privadas correspondem em média a apenas 20 por cento do salário médio durante a vida ativa do trabalhador. No Chile, a mediana das taxas de substituição futuras é de 15 por cento e apenas 3,8 por cento para os trabalhadores de baixa renda”.

Aumentou a desigualdade de gênero e de renda: “as componentes redistributivos dos sistemas de previdência social foram suprimidos com a introdução de contas individuais. As contribuições do empregador foram eliminadas. Como a aposentadoria privada é resultado de poupança pessoal, as pessoas de baixa renda ou que tiveram sua vida profissional interrompida – por exemplo, por causa da maternidade e das responsabilidades familiares – obtiveram poupanças muito reduzidas e consequentemente terminaram com aposentadorias baixas, aumentando assim as desigualdades. Na Bolívia, por exemplo, a proporção de mulheres idosas que recebem uma aposentadoria caiu de 23,7 por cento em 1995 para 12,8 por cento em 2007; na Polônia, a proporção das mulheres em risco da pobreza atingiu um recorde histórico de 22,5 por cento em 2014”.

Os bancos, em especial os estrangeiros, são os maiores beneficiados: “as experiências de privatização nos países em desenvolvimento mostram que o setor financeiro, os administradores privados e as empresas comerciais de seguros de vida são, aparentemente, quem mais se beneficia da poupança previdenciária das pessoas – muitas vezes são os grupos financeiros internacionais que detêm a maioria dos fundos investidos”.

Ao lembrar que a previdência pública tem um papel importante no desenvolvimento nacional de muitos países – com o caso, do uso das “reservas da previdência na fase acumulativa” para fomentar o investimento público nacional em geral, como foi feito na Europa –, a OIT alerta que nos países que investiram nas poupanças individuais, o mercado financeiro passou a especular com as aposentadorias em busca de retornos elevados, “sem colocar as metas nacionais de desenvolvimento como prioridade”.

A OIT reforça no documento que “a responsabilidade dos Estados de garantir a segurança de renda na idade avançada é melhor cumprida por meio do fortalecimento de sistemas públicos de previdência”.

Faculdade de Direito da USP contraria MP e autoriza desconto sindical em folha

A Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo) afrontou a Medida Provisória 873, que determina que o recolhimento da contribuição sindical seja feito por boleto bancário, e autorizou que quatro professores de seu quadro de docentes tenham contribuições sindicais descontadas diretamente de seus contracheques.

Os próprios professores, filiados ao Sintusp (sindicato dos trabalhadores da USP) e à Adusp (associação dos docentes da universidade), pediram que o desconto fosse feito diretamente de seus salários.

Para Floriano de Azevedo Marques Neto, diretor da faculdade, que autorizou o desconto, a regra do boleto bancário é “bastante discutível”.

Segundo ele, “neste ponto, não se pode desconhecer a inconstitucionalidade pontual da MP. Tal como posto, o dispositivo tolhe o direito individual do servidor de solicitar que se faça um desconto em folha para mobilizar uma contribuição de seu interesse”.

“Tomamos a iniciativa de fazer esse requerimento mesmo sabendo que contraria o texto do novo artigo da CLT [Consolidação das Leis do

Trabalho], modificado pela MP, porque acreditamos que essa nova redação viola frontalmente a Constituição e afeta uma das liberdades civis mais básicas que existem, que é liberdade de associação”, disse o professor Flávio Roberto Batista em reportagem da Folha de São Paulo.

Além do repúdio das entidades sindicais, a MP 873, publicada pelo governo na calada da sexta-feira de carnaval, tem sido alvo de inúmeros questionamentos na Justiça.

Na semana passada, a Confederação Nacional das Carreiras Típicas de Estado (Conacate) entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade da MP.

No Rio, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Sintufjrj) e o Sindicato dos Servidores das Justiças Federais do Estado do Rio de Janeiro (Sis-sejufe-RJ) ganharam na Justiça ações impedidas por eles contra a MP. A 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro concedeu liminares mantendo o direito desses sindicatos de descontarem a contribuição anual dos servidores no contracheque.



Fórum Sindical dos Trabalhadores reuniu entidades filiadas em Brasília

FST: momento é de unir forças no movimento sindical contra MP 873 e reforma da Previdência

O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST) reuniu esta semana em Brasília as Confederações que compõem o Fórum para debater ações de resistência à reforma da Previdência e à MP 873, referente ao desconto da contribuição sindical.

No encontro, na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura (CNTEEC), os dirigentes do Fórum consolidaram a posição de repúdio às medidas e ao próprio governo Bolsonaro.

“Vamos ocupar mais espaços, mostrar a nossa importância e ampliar nosso campo de trabalho. Não vamos aceitar que se governe por medidas provisórias”, enfatizou o coordenador do FST, Oswaldo Augusto de Barros.

Para o dirigente do FST, “o momento é de união, agora não tem cor de bandeira, precisamos nos apoiar e reagir ao que [o governo] está fazendo com o país”.

“Os ataques são duros, mas nós vamos ao combate”, disse. Os sindicalistas afirmaram que a tática do governo é enfraquecer o movimento sindical.

No encontro, os dirigentes sindicais definiram intensificar o trabalho com os parlamentares no Congresso, para que a Medida Provisória 873 seja devolvida por “não preencher requisitos constitucionais pertinentes”. Quanto à reforma da Previdência, os dirigentes sindicais afirmaram que a apresentação dos aspectos prejudiciais da PEC 6/2019 para os trabalhadores.

Chilenos entregam aos deputados projeto em defesa da Previdência



Ato em Manágua pede renúncia já de Ortega Ortega atropela negociação e prende 164 manifestantes

Os nicaraguenses voltaram a tomar as ruas no último sábado contra os desmandos do presidente Daniel Ortega e exigir a libertação de todos os presos políticos, muitos deles encarcerados desde os protestos iniciados em abril do ano passado. A concentração ocorrida em vários pontos da capital, Manágua, aumentou a pressão sobre o governo, que tem reprimido com violência os oponentes à sua política de redução de benefícios sociais.

Conforme os organizadores do ato denunciaram, com depoimentos confirmados por várias testemunhas, muitas pessoas foram espancadas pela polícia. Vídeos que circulam nas redes sociais também confirmam a agressão de civis.

Em comunicado oficial, a polícia nacional, argumentou que prendeu 107 manifestantes no último final de semana porque os detidos participaram de protestos que “não foram autorizados e que interromperam a ordem pública e os negócios locais”. Ainda segundo a declaração, todos os presos foram posteriormente libertados após um pedido da representação do Vaticano na Nicarágua. Os organizadores do protesto denunciaram que foram 164 detidos.

Segundo o jornal nicaraguense, El Confidencial, a libertação só veio após pressões sobre Ortega. Desde as lideranças locais da Igreja até representantes do Vaticano, assim como setores que participam da mesa de discussão com o governo, todos deixaram claro que a prisão de manifestantes significava a interrupção das negociações.

Desde abril, mais de 320 civis foram mortos e cerca de 600 continuam detidos, denunciam organizações de direitos humanos. Oficiais militares libertaram um grupo de 50 prisioneiros na sexta-feira, seguindo as exigências da oposição de que mais manifestantes fossem libertados antes que as negociações políticas pudessem continuar. O governo liberou outros 100 no final de fevereiro, quando abriu diálogo com a oposição. No mês passado, Ortega disse estar disposto a reformar as instituições do Estado antes das eleições presidenciais de 2021 mas, diante do autoritarismo de seu governo, amplas forças opositoras querem a renúncia já de Ortega.

As lideranças destacadas do sandinismo, que não aceitam o regime ditatorial de Ortega e sua esposa, Rosario Murillo, defendem a libertação imediata de todos os presos políticos. Personalidades como Ernesto Cardenal, Dora María Téllez, Víctor Hugo Tinoco, Mónica Baltodano, Jaime Wheelock, Alejandro Bendaña, Sergio Ramírez ou Henry Ruiz, todos lideranças históricas da Frente Sandinista no momento da revolução que depôs o ditador Somoza, condenam a política vigente na Nicarágua nos dias de hoje.

“O atual governo da Nicarágua usa algumas vezes um discurso de esquerda, uma estridência nas palavras que nada tem a ver com sua prática real, muito distante de um projeto progressista. Pelo contrário, na Nicarágua se fortalecem e enriquecem os banqueiros, a oligarquia tradicional e grupos econômicos formados de elementos que participaram da revolução antisomozista, mas que renegaram seus princípios e se tornaram especuladores. Têm se aproveitado disso, os mais reacionários da hierarquia católica”, assinalou a outrora comandante guerrilheira Mónica Baltodano.

Netanyahu bombardeia Gaza a três semanas de eleições gerais

Na noite do dia 14 caças israelenses atacaram 100 alvos palestinos na Faixa de Gaza. O pretexto para o ataque foram dois foguetes lançados contra Tel Aviv. Os foguetes não causaram nenhum dano. Um caiu no mar e outro em área aberta.

Ao final deste dia, as sirenes de alerta de ataque aéreo foram ouvidas em toda a maior cidade israelense. Os abrigos públicos antiaéreos foram abertos.

Em fato inédito, a direção do Hamas se propôs a ajudar os israelenses a localizar os atores dos disparos, sem conseguir aplacar a ira vindicativa israelense.

No sábado, dia 9, um foguete já havia sido lançado de Gaza contra Israel e as forças armadas israelenses já haviam respondido com bombardeios à região palestina.

Esta vez, além das sirenes em Tel Aviv, houve uma reunião de emergência do Gabinete de Segurança, convocada por Netanyahu.

Toda a elevação da tensão acontece 3 semanas e meia antes das eleições gerais previstas para o dia 9 de abril.

Netanyahu, que concorre a um novo mandato de primeiro-ministro, está atrás do seu principal concorrente, o general Benny Gantz, devido, principalmente, a implicação em 4 casos de corrupção investigados pela polícia israelense, acerca de dois dos quais, o procurador-geral, Avichai Mandelblit, já declarou que as investigações e estudos foram concluídos e que pretende pedir o indiciamento do premiê, que aparece atrás do seu concorrente Benny Gantz nas pesquisas.

Tendo em vista o eleitorado, em grande parte submetido a uma “educação” que bate na tecla de que só mediante a força e o terror Israel consegue sobreviver ao “inimigo” palestino, fazer o “inimigo” mostrar suas garras (através de foguetes inocuos, claro, e bastante ruído de sirenes e chamadas urgentes nas TVs e rádios) pode sempre render alguns dos votos necessários para que Netanyahu vire o jogo eleitoral.



Movimentos sociais exigem que a Previdência seja reestatizada

Supremacista branco admirador de Trump assassina 50 muçulmanos na Nova Zelândia

Um assassino, munido de armas semiautomáticas, matou 50 muçulmanos que oravam em duas mesquitas na cidade neozelandesa de Christchurch. Ele foi identificado como Brenton Tarrant, tem 28 anos e é australiano. O primeiro-ministro de seu país, Scott Morrison, o designou como “um extremista de direita, terrorista violento”.

A informação oficial do Comissário de Polícia, Mike Bush, registrava em 49 o número de fiéis mortos. Mais um corpo foi encontrado posteriormente na Mesquita Central e o número de mortes passou a 50. Após a chacina naquela mesquita, Tarrant se deslocou até uma segunda, a de Linwood, onde assassinou mais sete fiéis. Mais um faleceu no hospital de Christchurch. 48 outras pessoas, incluindo crianças, foram hospitalizadas.

Além do assassino, foram presos mais três homens, um deles em um carro com armas e explosivos, nas vizinhanças do local onde ocorreu o massacre.

Jacinda Ardern, premiê da Nova Zelândia expressou seus sentimentos pelas vítimas e seus parentes declarando: “O que aconteceu em Christchurch é um ato de violência sem precedentes. Não há lugar para isso na Nova Zelândia. Os que foram atingidos são membros de nossas comunidades



Socorristas transportam religioso ferido

de imigrantes. Nova Zelândia é a casa deles. Eles são nós”.

Jacinda acrescentou que “este é um dos dias mais negros da nossa história. Este é o lar dos que foram agredidos, não de quem perpetrou este ato que só pode ser chamado de ato terrorista”.

“Esta agressão não espelha o que a Nova Zelândia é. Fomos agredidos exatamente por sermos o oposto, por nosso patamar de convivência, humanidade, bondade e compaixão”, declarou.

A jovem premiê tem se posicionado a favor do país acolher a imigração: “Esta é a coisa certa a fazer”.

As inúmeras mensagens de condolências e solidariedade chegaram de toda a Nova Zelândia e de todas as partes do mundo. O papa Francisco se disse “profundamente triste com a tragédia que atingiu os neozelandeses e, em particular, a comunidade

muçulmana do país”. Ao enviar suas condolências, o premiê do Paquistão, Imran Khan, que é paquistanês e muçulmano, declarou que “culpa este ato aos que propalam o crescente sentimento de islamofobia, como se os 1,3 bilhão de muçulmanos, em todo o mundo, carregassem a culpa por qualquer ato cometido por um elemento islâmico”.

Tarrant, que cometeu a chacina na Mesquita Central, posicionou uma câmera em seu capacete e filmou o morticínio, transmitindo-o ao vivo através da Internet. Os criminosos também postaram um odioso “manifesto” exaltando sua ideologia supremacista branca, identidade com perpetradores de outros massacres de fundo racista, além de “admiração” por Donald Trump, que segundo eles, “é um símbolo da renovada identidade branca” e por seu “objetivo comum” ao deles.

Resistência heroica de Abdul Aziz salvou vidas de fiéis na mesquita de Linwood

No momento em que neozelandeses de todos os credos se reúnem diante da mesquita Al Noor, na cidade de Christchurch, para rezar pelos mortos no massacre perpetrado pelo supremacista e direitista Brenton Tarrant, começam a emergir as histórias dos que heroicamente lutaram e conseguiram salvar vidas.

O imã (clérigo muçulmano) que dirigia as orações na segunda mesquita atacada, a de Linwood, para onde o assassino se dirigiu após matar 41 muçulmanos na Mesquita Al Noor, relata que se esquivou entre os carros do estacionamento. Segundo ele mesmo conta, Tarrant, depois de esgotada a munição da primeira arma, foi até o carro para pegar outra e deixou a primeira cair ao chão. Ele correu, pegou a arma que Tarrant havia deixado para trás e a atirou na direção do para-brisa do carro onde ele havia entrado, quebrando-o. Isso amedrontou o atirador



Aziz enfrentou o assassino na mesquita de Linwood

de crédito, que era o que objeto que conseguiu pegar e atirou na direção do assassino. Ele tentou atingir Aziz que se esquivou entre os carros do estacionamento. Segundo ele mesmo conta, Tarrant, depois de esgotada a munição da primeira arma, foi até o carro para pegar outra e deixou a primeira cair ao chão. Ele correu, pegou a arma que Tarrant havia deixado para trás e a atirou na direção do para-brisa do carro onde ele havia entrado, quebrando-o. Isso amedrontou o atirador

que fugiu com o carro, para logo a seguir ser pego pela polícia.

No primeiro dos ataques, na mesquita Al Noor, o paquistanês e professor, Naeem Rashid, que morreu de seus ferimentos no hospital, jogou-se na frente do atirador para proteger os demais das balas.

O primeiro-ministro paquistanês, Imran Khan, anunciou Rashid vai ser homenageado como herói nacional “martirizado” ao tentar impedir o massacre na mesquita Al Noor.

Com a capitalização da Previdência pela ditadura de Pinochet, capitais estrangeiros a monopolizaram e aposentados recebem apenas 1/3 do último salário

A Coordenação Nacional do Movimento “Não mais Fundos de Pensão” (NO + AFP) protocolou oficialmente no Congresso Nacional do Chile, nesta quinta-feira, o seu projeto de lei para um Novo Sistema de Pensões, que põe fim ao escárnio a que são submetidos os aposentados. Com a privatização da Previdência pela ditadura de Pinochet, um consórcio de capitais estrangeiros passou a monopolizá-la, achatando os proventos a apenas 1/3 do último salário. O desespero transformou o país em recorde no número de idosos na América Latina.

Durante o ato, realizado nas portas do Congresso, em Valparaíso, dirigentes de entidades sindicais do setor público, privado e de associações estudantis, entregaram o documento nas mãos de Maya Fernández – neta de Salvador Allende –, que está deixando a presidência da Câmara dos Deputados.

Em junho do ano passado teve início a campanha pela Lei de Iniciativa Popular, com o objetivo de converter a proposta inicial do movimento em um projeto de lei com ampla participação. Com a contribuição de mais de 12 mil participantes, o texto foi finalizado. “Se olharmos a história, dificilmente um projeto de lei tenha surgido da cidadania, do povo e dos trabalhadores”, comemorou Luis Mesina, porta-voz do NO+AFP.

Conforme Mesina, em vez da contribuição individual – sem o aporte do governo nem dos empresários – a proposta contempla um esquema de repartição, baseado na solidariedade – em que todos contribuem –, com fundo de reservas técnicas, “arquitado como os melhores sistemas para dar conta das transformações demográficas que a humanidade está passando. Para dar conta de que é possível manter a economia interna do nosso país, não gerar transtornos às contas fiscais e ainda baixar os gastos públicos em mais de um ponto”.

“Então perguntamos: por que não queremos escutar

nem estudar nossa proposta? Porque sinceramente queremos manter este sistema que apenas fortalece o mercado de capitais e permite que as grandes transnacionais, as grandes corporações, entre elas os bancos e o grande varejo, sigam lucrando. Tudo para transferir lucros altíssimos que geramos mês a mês aos grandes consórcios que estão fora dos nossos países”, acrescentou Mesina.

O representante do movimento popular chileno no NO + AFP, Mario Reinaldo Villanueva Olmedo, ressaltou que “as AFPs são controladas por companhias transnacionais que especulam com um imenso patrimônio coletivo de centenas de bilhões de dólares”, “US\$ 220 bilhões precisamente, dinheiro que é de todos os chilenos, equivalente a 2/3 do nosso Produto Interno Bruto (PIB). Dois terços destes recursos, US\$ 151,9 bilhões, estão conforme a Fundação Sol, sob o controle de três empresas norte-americanas: Habitat, US\$ 57,76 bilhões (27,4%); Provida, US\$ 53,03 bilhões (25,2%) e Cuprum, US\$ 41,14 (19,5%). Para completar, nada menos que 40% deste montante, mais de US\$ 80 bilhões, estão investidos nos Estados Unidos”, frisou.

Para o deputado Diego Ibáñez, do Movimento Autonomista, “é hora de mudar essa política que tem estado a serviço do 1% mais rico e colocá-la a serviço das comunidades e da velha digna”. “Por isso vamos estar juntos nas ruas, fortalecendo as mobilizações”, enfatizou.

Representantes dos Partidos Socialista, Comunista e Progressista (PC/PRO), Revolução Democrática, Comitê Misto Humanista, Liberal, Poder, Ecologista Verde e Forças Convergentes da Frente Ampla (Esquerda Libertária, Nova Democracia, Movimento Autonomista e Movimento Político Socialismo e Liberdade).

No final do evento, os manifestantes convocaram os chilenos para a marcha familiar que será realizada em todas as cidades do país no domingo, 31 de março, para exigir um novo sistema de pensões.



Segurança foi reforçada na cidade de Utrecht

Ataque a tiros deixa ao menos três mortos e nove feridos na Holanda

Tiros dados contra um VLT (veículo leve sobre trilhos) na cidade holandesa de Utrecht deixaram ao menos três mortos e nove feridos na manhã desta segunda-feira, informou o prefeito Jan van Zanen, que declarou a cidade em “situação de emergência” e determinou o fechamento das portas das escolas, creches e hospitais.

Até o momento, a polícia prendeu um suspeito: o turco Gokmen Tanis, 37 anos. A motivação do crime ainda é investigada. A Agência Nacional para a Segurança e a Luta contra o Terrorismo (NCTV) informou que “não se descarta uma motivação terrorista”.

“Somente vi um homem sacar uma arma debaixo da roupa e começar a disparar indiscriminadamente”, relata uma testemunha à rádio RTV Utrecht, lembrando que eram 10h45 (6h45 no horário de Brasília), quando o tiroteio começou, “com as ruas cheias”. “Houve momentos

de pânico, vi várias pessoas caírem no chão e outras gritarem desesperadas, tratando de se proteger”, acrescentou.

Testemunhas disseram que após o tiroteio viram várias pessoas abandonarem o local correndo, pelo que acreditam que poderia tratar-se de “vários criminosos”. Rádios e sites locais informaram que os disparos aconteceram em “vários lugares” da cidade, o que fez com que o tumulto se prolongasse por horas.

O primeiro-ministro holandês, Mark Rutte, disse estar “profundamente preocupado” com o incidente, e cancelou uma reunião que teria com partidos da coalizão.

As autoridades reforçaram a segurança na área do parlamento em Haia e a polícia militar decidiu aumentar a vigilância em áreas como o aeroporto Schiphol de Amsterdã. Além disso, como medida de precaução, todas as mesquitas da cidade foram evacuadas.

Parlamento britânico aprova adiamento do Brexit por três meses

Moção apresentada pela primeira-ministra britânica Theresa May para um adiamento do Brexit até 30 junho foi aprovada por 412 a 202, mas pode ser tornar uma vitória de pirro, ao condicionar isso à aprovação do seu acordo Brexit – já repellido duas vezes – numa terceira votação até 20 de março, véspera da cúpula da União Europeia que irá decidir se aceita ou não a extensão de prazo.

O plano May de Brexit foi repudiado em janeiro pelo recorde histórico de 230 votos de diferença e, novamente no dia 11, por 149 votos de diferença. Como assinalou o ex-deputado George Galloway em uma coluna na RT, se fossem tempos normais a primeira-ministra “já teria partido” faz tempo, e eleições sido convocadas.

De qualquer forma, não foi surpresa. O líder trabalhista Jeremy Corbyn, após a rejeição pelo parlamento do Plano Brexit de May e do Não-Acordo, já afirmou que “a extensão do artigo 50 é agora irreversível”.

Então, May conseguiu mais um fôlego à sua estratégia de ir até à beira do abismo, como forma de pressionar por seu acordo Brexit centrado nos interesses da City londrina.

Significativamente, em outra votação, para tirar de May a condução do processo do Brexit, só faltaram dois votos para destronar a primeira-ministra conservadora (314 a 312). A proposta partiu do deputado trabalhista Hilary Benn.

Também pela primeira vez um deputado conservador, Christopher Chope, um eurocético, declarou que “consideraria” um voto de desconfiança no governo May se os trabalhistas apresentassem um.

A emenda do ‘grupo independente’, composto por um pequeno número de deputados ex-Tory e ex-trabalhistas, que juntava a extensão do artigo 50 com a realização de referendo, foi rechaçada por 334 a 85 e abstenção dos deputados trabalhistas.

Abstenção considerada pelo porta-voz dos nacionalistas escoceses (SNP), Ian Blackford, “uma desgraça”. “Um calafrio varreu a bancada da liderança trabalhista, em busca de uma coluna, e não encontrou nenhuma”, acrescentou. Também os liberais democratas votaram a favor da moção pelo novo referendo.

O líder trabalhista Jeremy Corbyn justificou a abstenção e disse que a decisão foi tomada em acordo com as entidades pró-referendo ‘People’s Vote’ e ‘Best for Britain’. Já o número dois do partido, John McDonnell, afirmou que “o voto das pessoas deixou claro que hoje não era o dia para pressionar por um segundo referendo no Parlamento. Coincide com o que eu mesmo disse ao longo do dia em várias entrevistas. Devemos exercer um julgamento prudente em todas as etapas desse processo.”

Uma emenda de Corbyn que, considerando que o acordo May já foi rejeitado, assim como o não-acordo, propunha uma extensão do artigo 50 para “garantir tempo” para que o parlamento encontrasse “uma maioria para uma abordagem diferente”, também não passou, embora por pequena margem (318 votos a 302).

Em outra demonstração de que o próprio governo está em frangalhos, o ministro do Brexit, Steve Barclay, depois de fazer em plenário a defesa da proposta de May, votou contra. Ao todo foram oito ministros de May – mais 188 deputados conservadores no total – que votaram contra a proposta da primeira-ministra de adiar o Brexit. O que é quase dois terços da bancada conservadora.

Após a votação, Corbyn reiterou sua convicção de que um acordo poderia ser alcançado “com base em nosso plano alternativo”. Ele reafirmou o apoio dos trabalhistas a um referendo “não como pontuação política, mas como uma opção realista para romper o impasse”.

Em entrevista ao jornal progressista The Morning Star, o dirigente da coalizão “Left Leave” [Esquerda pela Saída], Alex Gordon, classificou de sem sentido as votações de quarta e quinta-feira, faltando 14 dias até o fatídico 29 de março, e com a extensão de prazo dependendo da concordância unânime dos demais 27 países da União Europeia.

“O movimento trabalhista precisa se concentrar em deixar a UE e reconstruir a Grã-Bretanha com base nas políticas centradas em empregos e em acabar com a austeridade que estão no manifesto trabalhista”, ressaltou Gordon.

Pesquisa de opinião do YouGov divulgada na quarta-feira mostrou que 37% dos entrevistados querem deixar a UE sob os termos da OMC; 34% eram a favor do cancelamento do Brexit, e 17% eram a favor da extensão do artigo 50.

Para jogar mais lenha na fogueira, na véspera da votação do ‘não-acordo’, o governo May publicou os aumentos tarifários que haveria caso isso ocorresse, enquanto o Banco da Inglaterra asseverava que as perdas na economia seriam piores do que no crash de 2008. O ministro da Economia até prometeu aumentar os gastos públicos...

A extensão do prazo do Brexit teria o efeito colateral de levar os ingleses a terem de votar nas eleições de maio do Parlamento Europeu, o que deve aumentar a confusão já existente.

“Tomamos nota dos votos desta noite. Um pedido de prorrogação do artigo 50 exige o acordo unânime de todos os 27 Estados-Membros”, afirmou secamente um porta-voz da Comissão Europeia, em reação ao resultado da votação no parlamento britânico. Ele acrescentou que o pedido será considerado pelo Conselho Europeu, “tendo em conta as razões e a duração de um pedido de extensão.”

Segundo as agências de notícias, os países europeus se disporiam à concessão do que chamam de “extensão técnica”, que não mexa com o que já foi acordado com May e com duração curta.

O presidente francês Emmanuel Macron foi mais duro: se o pedido implicar em revisar o Acordo Brexit, isso está “fora de questão”, conforme um assessor. Nesse caso, a França não apoiaria o adiamento.

A cúpula europeia já havia manifestado – quando da rejeição do remendo May-Juncker, o das ‘garantias jurídicas’ que não valiam nada – seu descontentamento com a incapacidade de May de garantir maioria parlamentar para o acordo. “Garantias jurídicas” que haviam sido fulminadas pelo próprio Advogado Geral do governo May.

Como, dentro do princípio das negociações comerciais de que nada está acordado enquanto tudo não estiver acordado, já surgem as mais diversas alternativas, do Brexit suave a novo referendo, e até o dia 20, o galo intragável de May vai continuar no fogo.

Cresce reestatização de privatizadas por prestar serviços caros e ruins

Reuters



Trens privatizados no Reino Unido cobram, em média, tarifas 30% mais caras que na União Europeia. Protesto em Londres exige reestatização

Trump quer que países ocupados paguem custos das tropas + 50%

No melhor estilo da máfia, que “vende proteção” – até a quem não quer –, o governo Trump está preparando uma escalada no preço da ocupação, com bases e tropas, de outros países: ‘custo’ mais 50%, de acordo com a fórmula em estudo revelada pela Bloomberg.

A extorsão também foi confirmada pela Rand Corporation, o think tank que faz planejamento estratégico para o Pentágono. Nos bons tempos de Al Capone, a proteção era cobrada em alguns quarteirões de Chicago, mas desde então a plutocracia norte-americana já foi muito além, com 1000 bases estrangeiras no planeta inteiro.

Sob o plano de Trump, o acahuete dos países ocupados poderia ter um aumento de até 600%.

Em discurso no Pentágono em janeiro, Trump asseverou que os países ocupados vêm fazendo os EUA “de tolos” e não pagam o que devem. “Estão todos notificados. Terão que pagar pela nossa proteção”.

Foram-se os tempos em que o império colocava na conta da sua manufatura o gasto – ou pelo menos parte – com a ocupação em terra alheia. Mas agora, decadente, sucateado, quebrado e endividado, mas valendo-se ainda do cacife nuclear e do status do dólar, quer que os ocupados paguem não só toda a ocupação, mas ainda uma taxa de extorsão extra de 50%.

A Bloomberg diz ainda que o plano “está muito mais

avancado do que é publicamente sabido” e registra que a “mudança de paradigma” em matéria de extorsão foi concebida no Conselho de Segurança Nacional, aquele antro de intervencionismo encabeçado por John Bolton.

Estudo da Rand estimou em 34% em média a parte que os membros europeus da Otan assumem atualmente do custo com as forças e bases dos EUA em seus territórios, o que cortou de US\$ 2,5 bilhões em 2002, último ano para o qual há o número.

Embora não haja dados atualizados, acredita-se que a Alemanha pague 28% dos custos – US\$ 1 bilhão ao ano. A Coreia do Sul fez acordo de um ano de duração para pagar US\$ 924 milhões, após tomar um susto ao saber da “novidade” de Trump.

Naturalmente, sem problemas quanto ao aumento de gasto militar exigido: é só cortar os programas sociais, garfar a previdência e a assistência médica: menos pão e mais canhão.

As fontes da Bloomberg admitiram que o plano de Trump está causando “ondas de choque” no Pentágono e no Departamento de Estado, sob o temor de que os países ocupados – perdão, aliados – na Ásia e na Europa o considerem “uma grande afronta”.

Mas não poderia faltar o toque do mestre da Arte da Negociação e especulador

imobiliário, Trump. Está em estudo um prêmio ao capachismo, através de um desconto na taxa extra de extorsão.

Quanto mais submisso aos ditames, maior o desconto. O que foi descrito quase poeticamente pela Bloomberg como o abatimento que esses países obteriam “se suas políticas se alinhavam estreitamente com os EUA”.

Mesmo no Pentágono há dúvidas sobre o sucesso da extorsão. Alguns acham que o plano “Cost Plus 50” irá “desencadear debates dentro dos governos aliados sobre se eles querem mesmo as tropas americanas em seu solo”, reconheceu a Bloomberg. Esses países estão sob ocupação desde o final da II Guerra Mundial.

Já existem movimentos contra as bases norte-americanas no Japão, especialmente em Okinawa, Coreia do Sul, Alemanha e Itália, embora haja governos, como o da Polónia, que até está se oferecendo para pagar para obter seu Forte Trump.

Há ainda a questão de que muitas bases fazem mais do que atender a suposta ‘necessidade de defender o aliado’ – caso da gigantesca base aérea de Ramstein na Alemanha em que fica a sede do Africom, o comando do Pentágono para a África, que nenhum país africano quer sediar. Trump vai requerer a Berlim que pague pela intervenção das suas tropas na África? Leia mais em www.horadopovo.org.br

Argelinos voltam às ruas pela saída do presidente Bouteflika

A julgar pela enorme manifestação desta sexta-feira (15) em Argel e por todo o país, não terá vida fácil a proposta do octogenário presidente argelino Abdelaziz Bouteflika de uma transição sob controle palaciano, em troca de não concorrer ao quinto mandato, conferência nacional para reescrever a constituição, referendo e eleições sob comissão eleitoral independente.

Uma faixa exposta em um dos atos políticos sintetizou o que moveu tanta gente às ruas: “queríamos eleições sem Bouteflika, e nos mandam Bouteflika sem eleições”. Nas manifestações, a palavra de ordem dos protestos mudou de “Bouteflika, não haverá 5º mandato” para “Bouteflika, nem um minuto a mais”.

Na carta em que se dirigiu na segunda-feira (11) ao povo argelino, Bouteflika havia assinalado que “seu último dever” para com o país era contribuir com a “fundação de uma nova República e de um novo sistema que estará nas mãos das novas gerações”.

As manifestações também se estenderam à região berbere, a Cabília, e a Oran e Constantine, as duas maiores cidades depois da capital Argel. Na região do maior campo de gás da Argélia, Hassi Rmel, centenas de trabalhadores da estatal Sonatrach pararam para apoiar os protestos.

Na Argélia inteira, ne-

nhum incidente grave foi relatado, segundo as agências de notícia. Os manifestantes voltaram a aplaudir os policiais, como tem ocorrido nas mobilizações anteriores. ‘Silmiya’ (‘Pacífica’) é a clamoração que todos fazem e que tem sido acatada.

O clima é festivo, muitas famílias, inclusive crianças, com o ato engrossando após as orações de sexta-feira nas mesquitas. Muitas bandeiras argelinas e são vistas também estandartes palestinos. Presença também das torcidas dos dois maiores times de futebol do país, que deram início aos protestos nos estádios, que se dobraram nas convocações pelas redes sociais.

Uma impressionante participação da juventude, que escraça a clá palaciana, apelidada irreverentemente de ‘el issaba’ (a gangue). “Hei oh, quando tivermos demitido a gangue, vamos ficar bem”, é um dos cânticos preferidos dos estudantes [em árabe, isso rima]. Grandes cartazes em formato de carta dirigida a Bouteflika eram exibidos. “Você está doente e queremos visitá-lo e nos tranquilizar”, conforme a irônica mensagem.

Como nos atos anteriores, a presença de personalidades da luta de independência veneradas pela população se repete, revelando

Em pelo menos 55 países houve algum processo de reestatização entre 2000 e 2017. Alemanha, França e EUA lideram lista dos que retomaram mais empresas para o controle público no mundo

Em razão de serviços caros e ruins e priorização dos lucros ao invés do investimento, pelo menos 884 serviços foram reestatizados no mundo entre 2000 e 2017, revelou o Transnational Institute (TNI), com sede na Holanda, que faz estudos sobre democracia e sustentabilidade.

Os cinco países que mais retomaram o controle público de serviços privatizados foram a Alemanha (348), França (152), EUA (67), Grã Bretanha (65) e Espanha (56) – ou seja, países capitalistas centrais. Os serviços abrangidos, segundo o TNI, foram distribuição de água, energia, transporte público, coleta de lixo, programas habitacionais e outras áreas essenciais.

Segundo o relatório do TNI “Reconquistando os serviços públicos”, ao todo, são 55 países, nos cinco continentes. 83% dos casos de reestatização ocorreram depois de 2009 e essa tendência mantém-se em alta.

A modalidade de retomada mais comum foi a não renovação quando a concessão acaba – o que se explica pelo conflito com a parte privada ser menor nessa situação –, mas há também casos de rompimento de contrato e de empresas compradas de volta.

Foi o caso da Alemanha, que a partir de 2007 passou a comprar de volta as distribuidoras de energia que havia vendido em parte ou totalmente durante a década de 1990. O processo com mais repercussão foi em Hamburgo, onde a população decidiu em referendo em 2013 a reestatização da energia elétrica. A recompra custou 500 milhões de euros.

Na França, os serviços de água e esgoto voltaram para a gestão estatal em 106 cidades. Estudo da entidade de defesa dos consumidores UFC Que Choisir apontou que, entre as cidades francesas com mais de 100 mil habitantes, as menores tarifas tinham gestão pública, e as mais caras estavam, majoritariamente, em mãos privadas. A mobilização pelo direito à água inclusive conseguiu aprovar lei em 2013 proibindo que as empresas cortem a água de domicílios.

Mas foi em Paris que ocorreu a maior vitória: a decisão de não renovar a concessão dos serviços de água e esgoto, que estavam sob controle de duas corporações privadas, a Suez e a Veolia, desde 1985. No lugar, foi criada empresa municipal Eau de Paris, que passou a cuidar do tratamento de água da capital francesa.

Outras cidades importantes

que retomaram o controle público da água foram Nice, Rennes e Grenoble. Em Montpellier, as tarifas caíram 10% com a gestão pública. Também em 20 cidades da França, a concessão do transporte público voltou para o setor público.

Na Grã Bretanha, a agência pública de transporte de Londres em 2010 pagou 310 milhões de libras para romper uma PPP com uma empresa privada para a expansão do metrô, em vigor desde 2003, para conseguir viabilizar o projeto com mais agilidade e custo menor.

Conforme estudos, as tarifas dos trens britânicos privatizados por John Major são em média 30% mais caras do que em outros países europeus. Em 2002, a empresa privada que havia arrematado a infra-estrutura, a Railtrack, foi a bancarrota, e o governo inglês se viu obrigado a retomar essa parte.

Outras concessionárias continuam responsáveis pelas viagens, sob reclamações constantes, e sua reestatização faz parte do programa de governo anunciado pelo líder trabalhista Jeremy Corbyn. Nos EUA, boa parte das 67 reestatizações ocorreu nas áreas de água e energia, em estados como Nova York, Flórida e Texas. A cidade de Atlanta cancelou em 2003 concessão de água que iria até 2019 e tivera início em 1999, em decorrência de reclamações de falta de água e má qualidade.

Na Espanha, até 2017 Barcelona e mais 26 cidades haviam tomado de volta as concessões de água. Uma das razões para isso foi comprovada por levantamento do Tribunal de Contas espanhol, que registrou que o custo médio por habitante da manutenção das redes de água sob gestão privada era 21,7% mais caro do que as sob controle municipal.

Mega concessão da rede de saneamento da região metropolitana de Barcelona foi anulada em 2015 pelo Tribunal Superior de Justiça da Catalunha, em vigor há três anos, por irregularidades no leilão e alta nas tarifas. Prefeituras espanholas têm também recuperado a gestão da coleta do lixo e serviço funerário, além de energia.

O relatório também registra como campanhas em defesa dos serviços públicos têm se fortalecido na Europa, como a “Right2Water”, que recebeu 1,9 milhão de assinaturas; “Public is Essential”, que denuncia o credo ‘mais privado, menos estado’; e “Nenhuma Privatização Contra a Vontade dos Cidadãos”.

ANTONIO PIMENTA

EUA é o último país a proibir o avião defeituoso 737 Max 8 da Boeing

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ordenou nesta quarta-feira (13) a suspensão imediata de todos os voos no país com aviões Boeing 737 MAX 8 e 9, após o acidente que matou 157 pessoas na Etiópia no domingo, envolvendo uma aeronave dessa série. Com a decisão, os EUA reagem ao isolamento internacional, quando mais de 50 países já tinham vetado o uso do modelo da Boeing, até o dia anterior – inclusive a União Europeia. China, Indonésia e Etiópia foram os primeiros países a suspender os voos com esse modelo já na segunda-feira (11).

A ordem da Autoridade Federal de Aviação (FAA, na sigla em inglês), antecipada pela Casa Branca, saiu depois que vários pilotos americanos relataram incidentes com os comandos do Boeing 737 MAX 8. Segundo documentos públicos, vários dos incidentes parecem estar relacionados com o sistema de controle destinado a evitar a desestabilização da aeronave, ou seja, um sistema antipane automatizado que empurra o nariz do avião para baixo. A medida vale tanto para o modelo 8 quanto para o 9 – ambos produzidos pela fabricante norte-americana. Com a decisão, a FAA aca-

udou parcialmente um pedido da Boeing feito pouco antes. Com o preço de suas ações derretendo na Bolsa, a Boeing mudou de posição e admitiu finalmente que seu avião tinha problema a ser resolvido. A fabricante solicitou então que a FAA recomendasse ao mundo inteiro a interrupção dos voos com o 737 MAX – e não apenas aos EUA. Mesmo repetindo o mantra de que “mantém a confiança na segurança do avião”, a Boeing disse em comunicado que os 737 Max 8 e 9 “não devem voar enquanto durarem as investigações”. Até a véspera, o governo Trump, a FAA e a Boeing consideravam que não havia razão suficiente para parar os voos com aeronaves desse modelo.

Segundo cálculos da Reuters, existem 371 aeronaves 737 Max 8 e 9 em uso no mundo e dois terços – cerca de 247 – já estão no solo em 50 países. É provável que esse cálculo não inclua ainda as unidades em uso nos Estados Unidos.

O Canadá se uniu a essa lista nesta quarta-feira, pouco antes de Trump anunciar a decisão americana. Três companhias aéreas canadenses, Air Canada, WestJet e Sunwing, operam um total de 40 Boeing 737 MAX 8, que agora estão proibidos de usar o espaço aéreo do país.

100 anos do presidente João Goulart: um homem e uma obra para o Brasil (2)

Continuação da edição anterior

“A essência do trabalhismo, para mim, reside em dar a cada um o respeito que se tem a si próprio”

Entrevista do Presidente João Goulart à Manchete

REFORMA TRIBUTÁRIA

A velha máquina estatal que nos foi legada montou-se com o simples objetivo de despachar processos burocráticos.

“É universalmente sabido que o sistema tributário é o grande instrumento de distribuição de renda.

“Nosso sistema fiscal tornou-se obsoleto em face da modificação da estrutura industrial.

“Já agora, porém, não basta melhorar a arrecadação e rever os critérios e os métodos tradicionais do aparelho fiscal.

“Impõe-se reformar esse mesmo aparelho, tendo em vista também e, sobretudo, o aspecto social.

“O imposto só pode ser entendido como instrumento de justa distribuição de renda nacional, entre rendimentos do capital e salários.

“Da mesma forma, é preciso que opere como elemento de equilíbrio entre as classes, entre as diversas regiões do país e entre as unidades administrativas”.

CRÉDITO

“Temos de partir do princípio de que o Estado não dispõe, hoje, de uma política nacional de crédito.

“O Banco do Brasil funciona como caixa geral da Nação, mas continua a ser, do ponto de vista de seu funcionamento e de sua estrutura administrativa, uma verdadeira colcha de retalhos. Diversas carteiras, com atribuições e atividades diversas, agem de uma forma interdependente e utilizam a mesma caixa. A ação só pode ser, como é, descoordenada.

“O Banco do Brasil tem sob sua responsabilidade recursos oficiais que ultrapassam a casa de um trilhão de cruzeiros. Para tamanhos recursos, a taxa de juros varia, sem o menor critério, entre 2 e 12%.

“A caixa de nosso principal estabelecimento de crédito é utilizada para todas as compras de divisas da Carteira de Câmbio, que vende ou compra divisas, assim como recebe ou despande cruzeiros, mediante entradas ou saídas de caixa”.

NORDESTE ESPOLIADO

“O orçamento brasileiro reflete a divisão do país em três autênticos países: Centro-Sul, Nordeste e Oeste amazônico.

“O Centro-Sul produz 95% da receita, o que quer dizer que, praticamente, financia a despesa nacional.

“Ninguém nega, porém, que o Nordeste já tem vida ativa, e o que ocorria, até há bem pouco tempo, é que vinha sendo sistematicamente espoliado. Os investimentos não se orientavam em seu benefício, nem lá permaneciam, ao mesmo tempo em que as divisas, originariamente “nordestinas”, se destinavam a pagar o desenvolvimento do Sul.

“A economia nacional funcionava, assim, como autêntica bomba de sucção, em favor de uma região, e em detrimento de outra, de maneira a, classicamente, enriquecer os ricos e empobrecer

cada vez mais os pobres”.

“Diante desse quadro, se impunha uma única solução: desenvolver o Nordeste e o Oeste amazônico.

“Por isso, em 1962, a Sudene investiu um bilhão e meio de cruzeiros mensais no Nordeste, e, em 1963, o investimento passou a ser da ordem de quatro bilhões de cruzeiros por mês.

“Nestes três anos – acrescentou Jango –, 206 bilhões de cruzeiros serão aplicados pela Sudene naquela região, conforme acentuei na mensagem que tive a honra de remeter ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa do corrente ano.

“E o Nordeste tem reagido imediatamente aos estímulos desenvolvidos em seu favor. A renda per capita cresce ali mais rapidamente do que em qualquer outro ponto do país.

“Convém não esquecer, por outro lado, que os nordestinos empreendem uma obra pioneira e heroica de colonização neste momento mesmo.

“Anualmente, com efeito, mais de 100 mil nordestinos penetram na região Oeste amazônica. Segundo os dados do censo de 1960, o aumento da população naquela região foi o maior de todo o Brasil, tendo sido da ordem de 60%.

“Temos de investir no Nordeste e continuar investindo no Sul, ao mesmo tempo que esboçamos investimentos no Oeste.

“É preciso não perder de vista que o Estado, além de custear pessoal e máquina administrativa, se vê na contingência de investir diretamente, assim como de financiar as empresas particulares.

“Ora, aqui é que se impõe, nítida e inofismavelmente a necessidade de uma reforma orçamentária.

“O orçamento é elaborado apenas para o custeio da máquina administrativa. Sua previsão está sempre e cada vez mais fora da realidade nacional. Os grandes investimentos e os principais financiamentos são realizados à margem do orçamento, que os ignora. Não há coordenação global. Daí, sendo a caixa uma só, a do Banco do Brasil, tudo nela se reflete.

“Será necessário considerar, ao mesmo tempo, que o orçamento é feito de tal modo que concentra as pressões sobre a caixa do Banco do Brasil a partir do segundo semestre do exercício financeiro.

“Nesse período, a caixa do Banco do Brasil está recebendo pressões decorrentes do financiamento da safra do café, do imposto sobre a renda, do pagamento das reivindicações salariais, do 13º salário e da corrida às verbas para que não caiam em exercício findo.

“Resultado: no primeiro semestre, praticamente não é preciso emitir.

“Já no segundo semestre, a emissão assume caráter compulsório e se faz em tal escala que só em dezembro de 1962, por exemplo, foram emitidos 45% do ano.

“É por isso, em face de uma realidade tão gritante e anômala, que se impõe a pregação das reformas, reclamadas pela própria



consciência nacional”.

REFORMA ELEITORAL

“Cumpra reformar o nosso sistema eleitoral, de maneira a garantir a verdade da manifestação popular.

“Nesse sentido, impõem-se medidas que se tornem verdadeiramente eficazes no combate às influências espúrias sobre o processo eleitoral.

“Ainda no último pleito, vimos o papel nefasto que desempenha um organismo a serviço da manutenção de privilégios intoleráveis, manipulando recursos que a própria Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para examinar as suas contas, considerou inequivocamente ilícitos.

[N.HP: Trata-se de uma referência ao IBAD, organização de fachada da CIA, que, segundo apurou a CPI, bancou a campanha de 150 parlamentares nas eleições de 1962 (v. Figuras e figuras em 1964: antes e depois do golpe contra o Brasil (parte 1)).]

“O poder econômico não pode interferir na manifestação da vontade do povo e a este, em todas as suas camadas, há de garantir-se o livre pronunciamento das urnas, sem o qual não é legítimo falar em democracia.

“Todo o povo deve ser chamado a opinar e é, nesse sentido, que considero inadivável a extensão do direito de voto aos analfabetos e a todas as classes hoje afastadas iniquamente do processo eleitoral”.

DIREITOS SOCIAIS

“Todos, sem exceção, precisam ter acesso à educação.

“A todos é preciso oferecer um mínimo de garantias à saúde, assim como se impõe que a todos, igualmente, se proporcione o direito a habitações condignas e alimentação suficiente.

“O povo exige, muito justamente, um mínimo de bem-estar, sem o qual é impossível o progresso intelectual e até mesmo o exercício das mais cobiçadas virtudes morais.

“Não é possível que contínuemos indiferentes a viver lado a lado com a miséria.

“O Brasil deve deixar de ser o país dos contrastes, onde basta abrir a janela de um apartamento para contemplar a mais negra miséria, oferecida aos olhos de todos nas ultrajantes condições em que se vive nas favelas.

“Temos hoje a sétima indústria automobilística do mundo. Não é admissível que continuemos a sofrer o vexame de sabermos que, em nossa terra, crianças morrem de fome, mergulhadas na miséria que desce aos mais baixos índices do mundo.

“O nível de vida do nordestino é ainda inferior e coloca-se no plano mais baixo do mundo.

“No entanto, ninguém poderia dizer que os nossos irmãos do Nordeste não são brasileiros, tanto quanto nós, e que não contribuem, na medida de suas possibilidades, para o engrandecimento nacional.

“Estão, porém, condenados à subnutrição e à marginalidade econômica”.

TRABALHADORES

“Sem desmerecer o trabalho intelectual e de direção econômica, devemos reconhecer que é flagrante a injustiça reinante na situação do operário de nossos centros urbanos.

“Ele sai às vezes de casa de madrugada, e leva consigo, para o trabalho duro e mal remunerado, a angústia de deixar os filhos sem garantia de sobrevivência.

“E quando regressar ao lar – quase sempre um pobre casebre miserável – traz a perspectiva amarga de novas necessidades que não pode atender por meio de um salário desvalorizado.

“Será preciso lembrar que esse operário, que todos conhecemos, é um homem como nós, com os mesmos direitos à vida digna e proveitosa?

“São milhões e milhões os nossos concidadãos que vivem marginalizados.

“São, porém, nossos companheiros que estão ajudando a construir o Brasil, e aos quais o Brasil ainda não retribuiu elevando-lhes a vida a um mínimo de justiça compatível com a própria dignidade humana”.

SUBVERSÃO

“Tenho uma mensagem a transmitir em nome da consciência nacional: a necessidade das reformas.

“Não se pode esperar que, do enriquecimento de alguns e do empobrecimento de muitos, surja a solução, como não podemos pensar que as grandes nações nos ajudem quando trabalhamos mais para nos tornarmos cada vez mais pobres e menos remunerados.

“O que desejo evitar é que a crise caminhe para um desfecho caótico e subversivo. Daí, o alerta permanente que venho transmitindo à Nação em favor das reformas de base, única saída para a complexidade de nossa atual crise.

“O povo, através de todas as classes, decidiu manifestar seus pontos de vista sobre os problemas brasileiros e sugerir soluções. Quer estar presente nas decisões, das quais já não é possível afastá-lo.

“Assim entendo as manifestações dos líderes sindicais quando intervêm em setores não estritamente sindicais.

“É que eles, os operários, não são apenas assalariados. São brasileiros.

“Compreendo que isso choque a alguns reacionários empedernidos. Os operários falam linguagem contundente e emocionada, por vezes sujeitas a certos excessos, impostos pela condição de pessoas que sentem na própria carne o drama do país.

“Há que considerar, por outro lado, que data de agora a intervenção dos trabalhadores na vida pública. Falta-lhes tradição cultural e certamente lhes faltam certos pendores aristocráticos que constituem o privilégio de uns poucos antigos donos do Brasil.

“O espantoso, porém, a meu ver, é que líderes conservadores, senhores de velhas e nobres tradições, tragam para o debate um tom emocional injustificável, quando se trata de combater o direito de intervenção na vida pública pelas classes populares.

“Considero uma vitória do Brasil, humano e cristão, vermos os nossos operários desajando o diálogo em vez de caminharem para a revolução.

“O diálogo poderá ser veemente, mas é, antes de tudo, um debate necessário à democracia. O rádio ampliou de tal forma a rede de informações, que a própria condição de analfabeto, hoje, já não pode ser arguida para impedir o direito de discutir e de opinar.

“Trabalhadores da cidade e do campo são os nossos companheiros de vida e de luta e com eles constituímos a oitava população do mundo, numa extensão territorial que é a quarta da terra.

“Não se constrói sufocando a personalidade da grande maioria de nosso povo. Num país que se orgulha de não ter restrições sociais e de não alimentar preconceitos de casta ou de classe, não



João Goulart: “Faço um apelo à inteligência brasileira para que se volte para a nossa realidade e procure convergir todos os esforços no sentido de elaborar, formular e tornar imediatamente viáveis as reformas de base de que necessitamos”

podemos aceitar distinções sibilinas e ultrapassadas para afastar do debate a grande maioria de nossas populações.

“Em 1962, lutamos pelo restabelecimento do regime. Em 1963, procuramos contornar as dificuldades econômico-sociais através do Plano Trienal, mas frisei, sempre, em várias oportunidades, assim como no próprio texto do Plano, na mensagem de sua apresentação ao Congresso, que sem as reformas não chegaríamos a qualquer resultado positivo.

“O governo pôs-se a trabalhar no cumprimento de seus deveres constitucionais e segundo o imperativo democrático da promoção do bem comum.

“As forças reacionárias se uniram na campanha contra as reformas e passaram a sustentar que, com tais reformas, o que se pretende é a destruição da ordem jurídica, econômica e social.

“Tive de ir pessoalmente lutar na praça pública, a fim de afirmar os verdadeiros propósitos da campanha reformista.

“Tenho dito e reiterado, em numerosas oportunidades, que as reformas não pretendem atingir, anular ou de qualquer maneira comprometer a ordem nacional.

“Trata-se, antes, de ampliá-la até abrir espaço verdadeiro ao progresso ordenado do país, que precisa garantir a todos iguais oportunidades e igual acesso ao bem-estar social e econômico.

“Enfrentamos a conspiração de agosto e, de crise em crise, chegamos ao momento que agora estamos vivendo, quando a inflação nos ameaça a todos e as estruturas arcaicas impedem o processo pacífico de desenvolvimento nacional.

“Se não atendemos aos apelos da consciência popular, promovendo medidas de que me considero simples intérprete, não tenho dúvidas de que marcharemos inexoravelmente para o caos.

“Não adianta combater as reformas pura e simplesmente, ou combater, por mero espírito de oposição destrutiva, a figura do Presidente da República.

“As reformas não são a expressão de um capricho, nem o Presidente poderia estar à mercê de caprichos pessoais.

As reformas serão feitas – ninguém pode ter dúvidas.

Apesar de toda a paciência que vem orientando a minha ação na chefia do governo, e de que são testemunhas todos os brasileiros, desejo reiterar que é desnecessário esperar que eu venha a compactuar com a traição ao povo e aos imperativos da consciência nacional.

Continua na página 5